

# REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Publicação do Departamento de Ciências Sociais da  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

EX SEMINE SEGES

## DOSSIÊ A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Ano III, volume II, número 5. – Jul – Dez, 2014

ISSN Eletrônico:2446-6662

ISSN:2316-977X



# UFRPE

C122 Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da UFRPE– a. III, v. II, n. 4 (jul - dez. 2014)- Recife: EDUFRPE, 2016.  
112 p.

ISSN 2316-977X  
ISSN Eletrônico:2446-6662

Referências.  
1. Ciências sociais - Periódicos

CDD 300

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO****Reitora:**

Professora Dr<sup>a</sup>. Maria José de Sena

**Vice-reitor:**

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

**Pró-Reitoria de Ensino de Graduação — PREG**

Professora Dra. Maria Angela Vasconcelos de Almeida

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação — PRPPG**

Professor Maria Madalena Pessoa Guerra

**Pró-Reitoria de Atividades de Extensão — PRAE**

Professor Dr. Delson Laranjeira

**Pró-Reitoria de Administração — PROAD**

Professor Dr Moacyr Cunha Filho

**Pró-Reitoria de Gestão Estudantil — Progest**

Professor Dr Severino Mendes de Azevedo Júnior

**Pró-Reitoria de Planejamento — Proplan**

Professor Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia Filho

**Departamento de Ciências Sociais (DECISO)**

Diretora Professora Dra. Rosa Maria de Aquino

**COMISSÃO EDITORIAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS DA UFRPE**

Dr. Fernando Joaquim Ferreira Maia, Dra. Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Dr. Juarez Caesar Malta Sobreira, Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva

**REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
COMISSÃO DE PARECERISTAS**

Dr<sup>a</sup>. Maria de Nazaret Wanderley Baudel (UFPE), Dr<sup>a</sup>. Silke Weber (UFPE), Dr. Cristiano Welington Ramalho (UFRPE), Dr<sup>a</sup> Selene Herculano (UFF), Dr. José Nunes da Silva (UFRPE), Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota (UFCEG), Dr. José Sergio Leite Lopes (Museu Nacional/

UFRJ), Dr. Michel Zaidan (UFPE), Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia de Macedo Cardoso (FIOCRUZ/RJ), Dr. **Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI)**, Dr. **André Gustavo Ferreira da Silva (UFPE)**, Dr<sup>a</sup>. Maria da Conceição M. Cardoso van Oosterhout (UFCEG), Dr. **Amurabi Pereira de Oliveira (UFRGS)**, Dr. César H. Maranhão (UFRJ), Dr. José Glebson Vieira (UFRN), Dr. **Marcelo Alario Ennes (UFS)**, Dr. Emílio de Britto Negreiros (UFPE), Dr. Gonzalo Adrian Rojas (UFCEG), Dr<sup>a</sup>. Vilma Soares de Lima Barbosa (UFCEG), Dr. José Luciano Lima Barbosa (UEPB), Dr. Edson Hely Silva (CAP/UFPE), Dr. Pedro Castelo Branco Silveira (FUNDAJ), Msc. Walber S. Batista (UFRPE), Dr<sup>a</sup>. Maria de Assunção Lima de Paulo (UFCEG), Dr. Claudio Moraes de Souza, Dr. Marcos André de Barros (UFRPE), Fabio Bezerra de Andrade (UFRPE), Dr<sup>a</sup> Rosa Maria de Aquino (UFRPE).

---

### EDITOR

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

### ASSESSORIA TÉCNICA

Diagramação: Felipe Souza Melo

### INDEXADORES

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

**Sumários de Revistas Brasileiras** (Sumários.org)

**Latindex** (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

**Periódicos Capes** ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br))

Publicação semestral/Biannual publication – Tiragem:300 exemplares

Solicita-se permuta/Exchange desired

---

# ÍNDICE

---

**EDITORIAL**

**7**

---

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA  
INTERNET: IMPLICAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO  
EM CAMPANHAS AMBIENTAIS**

*Letícia Figueiredo Campos*

**9**

---

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: POLÍTICAS  
AMBIENTAIS E MODERNIZAÇÃO  
INSTITUCIONAL**

*Jonatta Sousa Paulino*

**28**

---

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E MEIO  
AMBIENTE: A DIMENSÃO AMBIENTAL DA  
GLOBALIZAÇÃO**

*Noval Benayon Mello*

*Jeane de Amorim Freire*

**51**

---

**DISCURSOS E PRÁTICAS EM TORNO DA  
QUESTÃO AMBIENTAL NO CAPITALISMO**

*Gisele Oliveira Alcantara*

*Janete Luzia Leite*

**67**

---

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS  
ESTUDANTES DO CURSO DE  
ENGENHARIA MECÂNICA DE UMA  
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO  
DO ESPÍRITO SANTO**

**87**

*Mara Cristina Ramos Quarteza*

*Fabiane Santiago de Arruda*

*Marcus Antonius da Costa Nunes*

---

**ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO  
NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS DA UFRPE**

**110**

## EDITORIAL

A segunda edição temática da Revista Cadernos de Ciências Sociais traz como foco o debate sobre a questão socioambiental. O presente número procura reunir diversos trabalhos, em campos específicos das Ciências Sociais, como: Comunicação Social, Sociologia, Economia e Serviço Social. Os artigos, embora estejam orientados por objetivos e perspectivas distintas, procuram fornecer mais elementos para compreensão e análise de problemas e fenômenos associados a questão socioambiental.

Deste modo, o trabalho de *Leticia Figueiredo Campos* intitulado: Organizações da sociedade civil na internet: implicações na participação em campanhas ambientais, verifica a atuação de organizações da sociedade civil (OSCs) em campanhas em prol do meio ambiente, problematizando as novas formas de interação com os internautas e de participação dos indivíduos no contexto do processo de divulgação das campanhas lançadas contra o Código Florestal pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, coletivo que congrega 185 organizações.

Unidades de conservação: políticas ambientais e modernização institucional é o texto de *Jonatta Sousa Paulino* que faz uma análise do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de estudos de caso relativos à implantação de UCs, procurando demonstrar porque estas políticas são instrumentos de modernização e como elas impactam principalmente as populações historicamente marginalizadas.

*Noval Benayon Mello* e *Jeane de Amorim Freire* escreveram o texto: Crescimento econômico e meio ambiente: a dimensão ambiental da globalização, em que se discute a relação antagonica entre o crescimento econômico e o meio ambiente como resultado do processo de globalização. O trabalho faz um resgate histórico das discussões ambientais, com a abordagem de conceitos como ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, no qual verificou-se que mesmo com todo o avanço das discussões ambientais, as ações e propostas foram insuficientes para

conter a degradação ambiental e social.

Em Discursos e práticas em torno da questão ambiental no capitalismo, *Gisele Oliveira Alcantara* e *Janete Luzia Leite*, procuram captar as convergências e divergências existentes entre as diferenciadas correntes ambientalistas, tendo em vista compreender a origem e a finalidade que circunscrevem o surgimento e o evoluir da Responsabilidade Socioambiental (RSA). As autoras adotaram a categoria marxiana de totalidade como orientação teórica e o método dialético como caminho metodológico para a superação da imediaticidade dos discursos e práticas presentes na RSA.

Por fim, *Mara Cristina Ramos Quartezani*, *Fabiane Santiago de Arruda*, *Marcus Antonius da Costa Nunes* objetivam, em Percepção ambiental dos estudantes do curso de engenharia mecânica de uma instituição federal de ensino do Espírito Santo compreender a percepção ambiental dos estudantes do Curso de Engenharia Mecânica do campus São Mateus do Instituto Federal do Espírito Santo, bem como verificar a percepção quanto à abordagem de conteúdos da disciplina Ciências do Ambiente. Os resultados apontam que ao serem questionados sobre o que é meio ambiente a visão da maioria dos estudantes foi antropocêntrica e quando o questionamento foi sobre problemas ambientais a visão que prevaleceu foi naturalista.

Cientes dos limites dos artigos aqui reunidos, a revista estabelece mais um espaço para divulgar e problematizar alguns dos aspectos pelos quais a questão socioambiental vem sendo discutida. Esperamos, com isso, contribuir para que a ambientalização de práticas e discursos ambientais possam se fazer cada vez mais presentes, no meio acadêmico.

## ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA INTERNET: IMPLICAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO EM CAMPANHAS AMBIENTAIS

Letícia Figueiredo Campos<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho verifica a atuação de organizações da sociedade civil (OSCs) em campanhas em prol do meio ambiente, problematizando as novas formas de interação com os internautas e de participação dos indivíduos. Para tanto, o tema escolhido foi o processo de divulgação das campanhas lançadas contra o Código Florestal pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, coletivo que congrega 185 organizações. Entrevistas feitas com membros do Comitê mostraram que este é considerado um dos maiores debates nacionais, que adquiriu repercussão popular, reunindo cerca de 2 milhões de assinaturas contra a alteração da legislação florestal brasileira. Ao contrário, os dados analisados na rede social digital, Facebook, indicaram resultados tímidos em termos de interação e participação popular. A partir do embasamento teórico e das informações coletadas foi possível revelar que o Facebook é um espaço de transmissão de informações, com potencial interativo e de participação pouco explorado tanto no âmbito das OSCs, quanto pela população.

**Palavras-chaves:** Código Florestal; Organizações da Sociedade Civil; Participação; Interação; Facebook.

---

1 Graduação em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas. Especialização em MBA em Gestão Estratégica de Marketing.

---

## ABSTRACT

This work attempts to verify the performance of civil society organizations in campaigns for environmental causes, discussing new forms of interaction among Internet users and of individual participation. The subject chosen was the dissemination of campaigns launched by the Brazilian Committee in Defense of the Forests and Sustainable Development against the Forestry Code implemented in Brazil. Interviews with members of the Committee showed that this subject is considered one of the biggest issues in national debates, acquiring popular repercussion, gathering approximately 2 million signatures against the modification of the Brazilian forest legislation. On the contrary the data on the digital social network analyzed, Facebook, showed poor results in terms of interaction and participation by the general public. By means of the theoretical basis and the information gathered here, it is possible to say that Facebook is a space for dissemination of information whose potential for interaction and participation remain unexplored not only by civil society organizations but also by the population in general.

**Keywords:** Forestry Code Law; Civil Society Organizations; Participation; Interaction; Facebook.

## Introdução

A presença da internet na vida do brasileiro tem feito com que agentes políticos e organizações da sociedade civil (OSCs) passem a atuar também neste espaço virtual. É cada vez mais comum ver candidatos a cargos eleitorais criarem seus próprios sites e perfis nas redes sociais digitais para fazer articulação política e governos utilizarem seus portais para tornarem públicas as informações sobre orçamentos, programas e projetos. Já as OSCs lançam campanhas de mobilização e petições *on-line* com muito mais frequência.

Os estudos sobre esta temática superaram a polarização entre uma visão ciberotimista ou ciberpessimista formada nos primórdios da rede mundial de computadores, no início dos anos 90, e apontam para os desafios das ferramentas digitais no que se refere aos propósitos democráticos tanto do Estado quanto da sociedade civil.

O presente trabalho foi baseado nas quatro campanhas lançadas pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável<sup>2</sup>, coletivo composto por 185 organizações da sociedade civil, durante o processo de reformulação do Código Florestal, que ocorreu no período entre o dia 07 de dezembro de 2011 e 05 de novembro de 2012. As campanhas receberam os seguintes motes - “Veta Dilma”, “Veta Tudo Dilma”, “O Jogo Não Acabou: Vamos Apitar Essa Partida” e “Não Vamos Votar em Quem Votou Contra as Florestas” -, e contaram com 92 postagens diretamente na página de Facebook do Comitê.

Para angariar apoio da população, o Comitê desenvolveu ações nas ruas e no ambiente *on-line* com destaque para o Facebook que recebeu o nome de #florestafazadiferença, e conta na data de 27 de março de 2014 com 59.252 curtidas.

Por meio do Facebook as OSCs tiveram a possibilidade de desenvolver uma nova forma de contato e comunicação com os cidadãos, diferente daquele operacionalizado pelos padrões tradicionais.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar qual o uso que as OSCs fazem das ferramentas digitais no contexto de campanhas ambientais. Nesse caso, o

2 Coalizão formada por cerca de 200 organizações da sociedade civil brasileira contrárias ao PLC 30/2011 aprovado pela Câmara dos Deputados (<http://www.florestafazadiferenca.org.br/quem-somos/>).

estudo tratou, basicamente, de: a) compreender a influência das ferramentas digitais nas OSCs para efeitos de interação e participação da população; b) analisar como o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável usou o Facebook para interagir com a população; e c) verificar se o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável fomentou a participação dos indivíduos nos debates acerca do Código Florestal.

O trabalho também propôs responder em que medida o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável explorou as possibilidades de interação oferecidas pelo Facebook, verificando se esta rede social digital se configurou como um espaço de participação do cidadão com potencial de ampliação do debate acerca do Código Florestal.

De forma geral, a convergência dos assuntos aqui tratados é, do ponto de vista teórico, relativamente recente e as informações disponíveis encontram-se pouco sistematizadas. A escassez de bibliografia sobre a temática ocorre, especialmente, no Brasil e menos no exterior. Desse modo, não havendo uma teoria consolidada, o estudo justifica-se por levantar informações a respeito das NTICs, contribuindo para a formação de um estudo empírico e uma análise de caráter exploratório para a questão.

## I. Metodologia

A metodologia desenvolvida buscou observar o modo como o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável utilizou o Facebook nas quatro campanhas lançadas contra a modificação do Código Florestal.

Para isso, todas as 92 postagens publicadas pelo Comitê no período de 11 meses, de 07 de dezembro de 2011 a 05 de novembro de 2012, foram contabilizadas. A coleta de dados foi realizada a partir do status de administradora da página.

Os conteúdos das postagens do Comitê foram classificados quanto ao objetivo, podendo ser de: I) divulgação, trazendo informações sobre as campanhas do Comitê contra o Código Florestal ou simplesmente citando o mote da campanha; II) mobilização *off-line*: *posts* que tratam de mobilizações e manifestações presenciais; III) mobilização *on-line*: *posts* que tratam de mobilizações e manifestações em alguma ferramenta *on-line*; e IV) informação de interesse/notícias:

traz informações, artigo, estudo ou matéria de mídia relacionadas a questões ambientais gerais, que tangenciam o interesse principal da iniciativa.

Outra técnica adotada foi a realização de entrevistas qualitativas, com representantes de entidades membros do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável.

## **2. A internet e seus efeitos na interação e participação do indivíduo**

As pesquisas para criação da internet iniciaram-se em 1960, pela Advanced Research Projects Agency (ARPA), nos Estados Unidos, mas foi apenas na década de 1990 que a internet surgiu efetivamente e passou a ser incorporada como uma ferramenta que traz inúmeras opções, utilizações e múltiplos objetivos.

No Brasil, o início da internet foi nas universidades e centros de pesquisa no final de 1994, e já no ano seguinte, em 1995, os provedores de acesso comerciais começaram a operar e ocorreu a transição das páginas estáticas, características da Web 1.0, para a chamada segunda geração da internet ou Web 2.0, fortemente marcada pela interatividade e sua integração com banco de dados, o que permite o aparecimento de recursos dinâmicos de oferta de conteúdos.

Em pouco mais de uma década, o fenômeno da internet deu um grande salto quando se desenvolveram as NTICs chamadas de redes sociais digitais, como Facebook, Twitter, Youtube, Flickr, Myspace e muitas outras mais, que têm ampliado o potencial de conexão entre as pessoas ao mesmo tempo, possibilitando emergir um novo paradigma social, descrito por alguns autores como sociedade da informação ou sociedade em rede alicerçada no poder da informação (CASTELLS, 2003).

O importante nesta sociedade não é a tecnologia em si, mas seu importante papel para a alavancagem de setores importantes como o econômico, o social e o tecnológico, e, o que mais interessa neste artigo, as possibilidades de interação e a consolidação de novas formas de participação dos cidadãos.

A evolução da internet estimulou que muitos teóricos analisassem seu papel para fins democráticos. Este debate polarizou a visão dos estudiosos, especialmente na década de 1990, entre “ciberpessimistas” e “ciberotimistas”, segundo a

avaliação sobre os impactos da internet na participação das pessoas em assuntos políticos (NORRIS, 2001).

Por um lado, alguns autores argumentam que a internet oferece acesso universal a uma gama imensa de informações, o que, potencialmente, contribui para a geração de cidadãos mais bem informados e conscientes para desempenhar um papel ativo na vida pública. Por outro lado, tem-se os críticos da internet, que afirmam que a Web leva a fragmentação do espaço público e, ainda, a uma amplificação das desigualdades socioeconômicas, se concentrando na mão de poucos (SAMPAIO, 2010).

Essa posição extremista foi superada e os estudos mais recentes adotam uma perspectiva mais intermediária, reconhecendo que a internet é um recurso que está à disposição da população e deve ser considerada e analisada nas suas possibilidades de interação, bem como no potencial para desenvolver novas formas de participação.

Em outras palavras, apesar de ser ferramenta, instrumento a serviço dos usuários, a internet – assim como outras tecnologias de comunicação – também precisa ser considerada nas análises do meio, especialmente pelas novas possibilidades que ela oferece. Mesmo que não possamos afirmar que a internet supra as diversas deficiências democráticas, não há como negar que ela potencializa ou, no mínimo, facilita as ações da esfera civil em diversas atividades importantes para as democracias modernas, como exercer pressões sobre o sistema político, coordenar ações entre movimentos sociais, realizar mobilizações (presenciais ou mesmo *on-line*), trocar material político relevante, criar bancos de dados. (SAMPAIO, 2010, p. 46)

Se nos primórdios da internet o uso das pessoas se limitava a enviar e-mails como a forma mais rápida e barata de correspondência, hoje ela abriu canais de *feedback* com o usuário e é usada como plataforma de relacionamento, compartilhamento de dados, persuasão e mobilização (GOMES *et al*, 2009, p. 32).

Por meio do uso da internet “novas formas de se comunicar, outras relações e outras maneiras de se relacionar foram estabelecidas entre o indivíduo consigo e com seus pares” (THOMPSON, 1998, p. 13). Não se tem apenas um emissor ou receptor, todos são participantes e membros ativos no processo.

Stromer-Galley (2000) define interação como a forma de comunicação que envolve troca de informações, em que os participantes usam um canal (a internet no caso) para enviar e receber informações. A característica principal para a interação é o *feedback*.

Primo (2005) faz uma reflexão sobre as diferentes formas de interação em redes sociais digitais. Ele defende que o estudo da Web 2.0 não deve levar em consideração apenas os aspectos tecnológicos e de conteúdo, mas também as interações e seu aspecto relacional.

A interatividade pode ser de diversas formas a depender do dispositivo que se utilize. Quando ocorrida por meio da internet “a aproximação ao possibilitar troca de mensagens produz um efeito de sentimento de pertença, configurando elementos de participação”, defende Aggio (2011, p. 180).

Maia (2007) profere que a internet permite que as pessoas interajam, configurando-se como um importante “lugar” ou “arena conversacional”. Para a autora, embora a rede possa abrir possibilidades para uma comunicação mais horizontal, ela não acredita que a internet esteja fomentando um debate deliberativo e que na verdade está preparando os cidadãos para debates mais exigentes.

Partindo para o debate sobre “participação”, percebe-se que na literatura, o termo está atrelado às práticas políticas e aos direitos democráticos. Como destacam Ribeiro & Borba (2011, p. 11) participação é um “insumo do processo político”. Nesse contexto, muitos teóricos têm dedicado atenção ao tema em questão e os esforços vão desde a definição conceitual de participação até as condicionantes do engajamento e as diversas tipologias de participação.

Um Estudo mais recente utilizou dados do projeto Citizenship, Involvement, Democracy (CID)<sup>3</sup>, onde os autores Teorell, Torcal e Montero (2007) abordaram um vasto campo de modalidades de participação e ações políticas, divididas em atividades relacionadas ao “voto, partidos, atividades de protesto e o uso político da internet” (*apud* Ribeiro e Borba, 2011, p. 21).

---

3 Projeto Citizenship, Involvement, Democracy (CID), cujas pesquisas desenvolvem-se nos Estados Unidos (<http://www8.georgetown.edu/centers/cdacs/cid/>) e na Europa, por meio da articulação entre pesquisadores de várias universidades. Para maiores informações ver <http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/cid/>.

O advento da internet trouxe consigo enormes expectativas no que se refere à renovação das possibilidades de participação democrática. Borges (2011, p. 120) defende que “as possibilidades da internet para a participação não se tratam, em geral, de outra participação, mas de complementação de muitas atividades já existentes que ganharam impulso pelo seu emprego”.

Os teóricos mais entusiasmados acreditam no potencial da internet para uma discussão pública mais aberta e ampla, mas há também os céticos para os quais os ambientes de comunicação *on-line* não atendem aos padrões de debate público com vistas a uma democracia forte.

Atualmente os pesquisadores não veem essa onda de utilização da internet sob um olhar pessimista ou otimista no tocante à participação política. O que eles analisam não são apenas as ferramentas para a discussão pública *on-line*, mas a capacidade de “conectar indivíduos em redes que tornarão possíveis verdadeiras discussões e debates participativos em grandes distâncias” (BARBER *apud* SAMPAIO, 2010, p. 34).

Pensando a internet como uma rede de discussões e circulação de informações e ideias, Rousiley Maia (2008) discute a possibilidade de configuração de espaços da internet como esfera pública capaz de promover debates e deliberações acerca de questões políticas de interesse coletivo.

A autora faz algumas reflexões a partir dos estudos de Habermas e apesar de não tratar de esfera pública na internet, apresenta três tipologias distintas: I) episódica, que compreende encontros não formais em ambientes diversos; II) de presença organizada, que são os encontros e reuniões que ocorrem com um maior grau de organização; e III) abstrata, produzindo leitores, ouvintes ou espectadores singulares e espalhados globalmente (HABERMAS *apud* MAIA, 2008, p. 56).

As ferramentas da internet, como o Facebook, fariam parte da esfera pública, auxiliando como complementos à participação política, reconhecendo-se que a internet se coloca como um novo ambiente de relações sociais e políticas, com potencial de ampliar a esfera pública por permitir que:

- (i) qualquer sujeito possa tornar-se emissor; (ii) qualquer receptor possa tornar-se emissor e vice-versa; (iii) qualquer receptor possa transformar-se em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede, ou simplesmente repassando informações produzidas por outro. (Maia *apud* Gomes, 2001, p.2)

Diante deste pensamento, as organizações da sociedade civil, ao utilizarem a comunicação mediada pelo computador, adquirem novas oportunidades para compartilhar suas ideias a um público ampliado, promover alternativas de ações para o enfrentamento de suas causas e aglutinar pessoas para participar de debates e campanhas com vistas à solução do problema.

### **3. Atuação das OSCs no Código Florestal**

O Código Florestal foi um dos grandes debates ambientais dos últimos anos, envolvendo dois atores principais para discutir a proteção das florestas brasileiras. De um lado via-se o agronegócio, que aproveitando o momento de instabilidade econômica que o país vivia nos anos 90, o lançamento do plano real e a abertura para o mercado internacional, passou a pressionar o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, para investir no campo produtivo brasileiro, levando o Brasil a um novo modelo econômico baseado em *commodities*. Esse setor, assim, identificou no instrumento jurídico do Código Florestal obstáculos para o seu desenvolvimento e passou a concentrar esforços para o rompimento desse marco legal.

Por outro lado, havia os representantes do campo e o movimento ambientalista, que começou em 2010 uma articulação contra as mudanças no Código Florestal. Essa mobilização ficou ainda mais forte após votação do PL (30/2011) de autoria do deputado Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados, quando entidades que atuam em torno da questão ambiental e social se juntaram e formaram o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável.

O processo de alteração do Código Florestal começou em 2009, com a instalação de uma comissão especial na Câmara dos Deputados, mas somente em 25 de maio de 2012 que a Lei nº 12.651 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff (PT).

Durante esse período, o projeto passou diversas vezes por modificações, votações em comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como análises e votações nos plenários de ambas casas legislativas. Nesse momento, que as 185 organizações da sociedade civil criaram uma coalizão contrária ao texto proposto para reforma do Código Florestal e lançaram quatro campanhas durante o processo de reformulação do Código Florestal. Todas elas foram ao ar

---

no site [www.florestafazadiferenca.org.br](http://www.florestafazadiferenca.org.br).

A primeira chamada por “Veta Dilma”, aconteceu no Facebook (*fan page*) do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, no dia 07 de dezembro de 2011. A iniciativa teve repercussão no ambiente *on-line* e no *off-line* e durou quatro meses, se encerrando no dia 27 de abril de 2012. Em seguida, o coletivo de OSCs passou a pedir que a presidenta Dilma Rousseff recusasse a sanção do novo Código Florestal, que foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 25 de abril do mesmo ano. Assim, o lema da campanha passou a ser “Veta Tudo Dilma” e esta durou na rede social digital, até 01 de junho de 2012.

A campanha nacional “Veta Dilma” e/ou “Veta Tudo Dilma” em pouco tempo viralizou e incidiu na opinião pública e personalidades que manifestaram apoio ao veto publicamente. A atriz Camila Pitanga, por exemplo, quebrou o protocolo em uma solenidade com a presença da presidenta Dilma Rousseff e disse, usando o microfone, “Veta, Dilma!”. A apresentadora Hebe Camargo também pediu o veto em um de seus programas. O desenhista Maurício de Souza circulou pela internet um quadrinho com personagens da Turma da Mônica fazendo o mesmo pedido. E tantos outros artistas, como Wagner Moura, Victor Fasano, Marcos Palmeira, que foram fotografados segurando cartazes da ação.

Segundo membros do Comitê, o movimento contrário ao texto que tramitava no Congresso Nacional ganhou corpo nas redes sociais digitais, e, principalmente, no Facebook.

Ao todo, mais de 2 milhões de assinaturas contra o PL foram colhidas<sup>4</sup>. Além disso, foram promovidas, em parceria com o movimento Fora do Eixo, vigílias com transmissão ao vivo no site do Comitê, com participação de jornalistas, organizações da sociedade civil, políticos, pesquisadores e cientistas. A ofensiva marcou, também, presença nas ruas do Brasil e ocupou os corredores do Congresso, onde os manifestantes ecoavam a frase “Veta Dilma” e/ou “Veta Tudo Dilma”.

Contrariando a vontade do movimento ambientalista, a presidenta Dilma Rousseff decidiu não vetar o texto em sua íntegra. Com isso, foi criada uma Comissão Especial com o dever de analisar a Medida Provisória do Código Flo-

---

4 *Link* da petição on-line divulgada no site da Avaaz: [http://www.avaaz.org/po/brasil\\_veta\\_dilma/?sbc-sthash.d0VbFKsd.dpuf](http://www.avaaz.org/po/brasil_veta_dilma/?sbc-sthash.d0VbFKsd.dpuf)

restal, elaborada para preencher as lacunas deixadas no texto.

As organizações ambientalistas, que temiam um retrocesso ainda maior no Projeto de Lei, lançaram a segunda fase da campanha. Esta etapa recebeu o nome “O Jogo Não Acabou: Vamos Apitar essa Partida” e tinha o intuito de comunicar que a bola, à época, voltara ao Congresso Nacional e que depois do veto parcial da presidenta Dilma Rousseff e do encaminhamento da Medida Provisória ao Congresso, a campanha entrava no segundo tempo para pressionar os políticos por um Código Florestal que garantisse o bem estar de todos.

Nas eleições municipais de 2012, muitos parlamentares que votaram para a favor da modificação do Código Florestal eram candidatos a Prefeituras. O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável fez um mapeamento para que a população conhecesse o posicionamento de cada um e, durante o período eleitoral alertou a população para que conhecesse o *status* dos candidatos a prefeito em todo o Brasil, de acordo com suas votações nas alterações do Código Florestal.

Ao todo, 75% dos candidatos que disputavam o cargo de prefeito e eram favoráveis ao novo Código Florestal que flexibilizou a proteção ambiental não foram eleitos. Entre os candidatos que votaram apenas uma vez pelas mudanças sugeridas ao novo Código Florestal, a maioria – 62% – também perdeu o pleito municipal.

Chegado ao final de mais uma etapa desse longo processo de alteração do Código Florestal, os atores envolvidos no debate firmaram compromisso de lidar com a regulamentação da lei e sua implementação para reduzir as consequências negativas ao meio ambiente. Com isso, ao completar um ano de vigência da Lei 12.651/2012, que revogou o antigo Código Florestal foi lançado o Observatório do Código Florestal, com a função de monitorar, em todo o país, a implementação da lei bem como disponibilizar as informações e documentos para a sociedade.

#### **4. Avaliação do Facebook do Comitê**

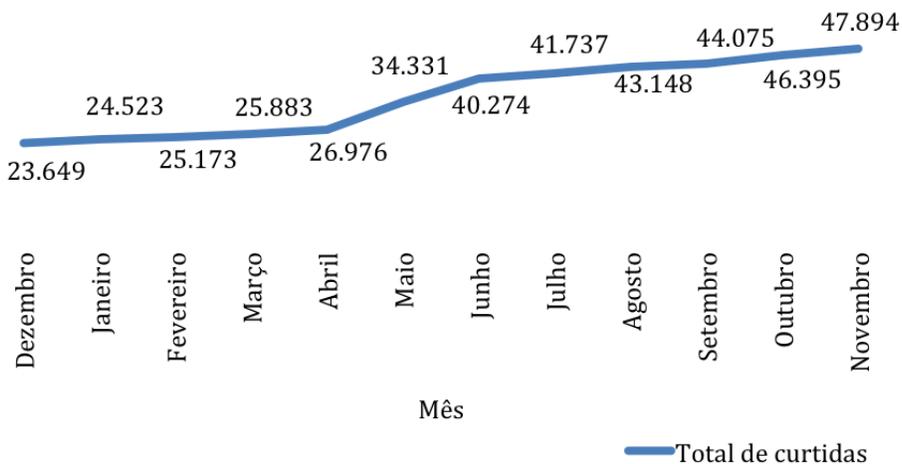
Durante o processo de modificação do Código Florestal, o Comitê fez uso do Facebook para divulgar suas ações e informar a sociedade das adversidades do PL no que diz respeito à preservação do meio ambiente, à qualidade do ar e da

água e à justiça social. Apesar das entrevistas realizadas com membros do Comitê sugerir que não foi feito um planejamento estratégico prévio para a atuação no Facebook, eles consideram que os resultados em termos de mobilização e adesão das campanhas foram um sucesso.

Para este artigo, foi examinada a *fan page* do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, criado em 03 de agosto de 2011 e que contava, no dia 16 de novembro de 2014, com 59.360 curtidas.

No período de um ano de divulgações das campanhas, 47.894 mil pessoas curtiram a *fan page*, mas ao analisar o gráfico 1 é possível perceber um aumento continuado no número de curtidas. Outro aspecto que chama atenção é a acentuada elevação na quantidade de fãs que em abril de 2012, marcava 26.976 e após dois meses, em junho de 2012 este número aumentou para 41.737.

**Gráfico 1:** Curtidas na Fanpage do Comitê (de 07 de dezembro de 2011 a 05 de novembro de 2012)



**Fonte:** Elaboração própria, com base em dados retirados do Facebook do Comitê, [www.facebook.com/florestafazadiferenca](http://www.facebook.com/florestafazadiferenca), acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

O que caracteriza esse expressivo acréscimo de curtidas na página é a atividade de postagens, que em maio alcançou maior número de posts com 26 (ocasião da campanha “Veta Tudo Dilma”), em segundo lugar em quantidade de posts

está o mês de abril com 24 (ocasião da campanha “Veta Dilma”) e em terceiro o mês de junho com 13 (ocasião da campanha “Veta Tudo Dilma”).

Estes são os meses que antecederam a votação do PL na Câmara dos Deputados (abril e maio) e em junho ocorreu a Conferência de Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro. Assim, pode-se dizer que nesta ocasião o Código Florestal e a questão ambiental eram assuntos também de destaque da mídia tradicional, corroborando a colocação de Borges (2011) de que o uso da internet cuida de complementar as outras ações existentes, não gerando com isso uma nova forma de participação, mas reconhecendo-se como um novo ambiente que contribui para relações sociais e políticas.

Os dados apresentados no quadro 1 mostra que os dez estados/cidades com maior número de adeptos ao Facebook são justamente onde o Comitê está articulado para a realização de ações na rua. Este resultado pode confirmar a declaração de Pipa Norris (2001) de que a articulação *off-line* é essencial para se ter a participação popular nas atividades *on-line*.

**Quadro 1:** Localidade das pessoas que curtiram o Facebook do Comitê

| PAÍS           | SEUS FÃS | CIDADE         | SEUS FÃS |
|----------------|----------|----------------|----------|
| Brasil         | 56.074   | São Paulo      | 9.042    |
| Estados Unidos | 547      | Rio de Janeiro | 4.263    |
| Portugal       | 453      | Brasília       | 1.693    |
| Itália         | 181      | Belo Horizonte | 1.576    |
| Argentina      | 160      | Curitiba       | 1.368    |
| Espanha        | 159      | Salvador       | 1.269    |
| Reino Unido    | 145      | Fortaleza      | 1.190    |
| Alemanha       | 144      | Porto Alegre   | 1.091    |
| França         | 143      | Recife         | 58       |

**Fonte:** Elaboração própria, com base em dados retirados do Facebook do Comitê, [www.facebook.com/florestafazadiferenca](http://www.facebook.com/florestafazadiferenca), acessado pela última vez em 16 de novembro de 2014

Esta análise evidencia também a característica da internet como excludente digital e social apontada por alguns estudiosos (Stabile, 2012 e Norris, 2001). Este dado leva a crer que as NTICs apesar de muito importantes para a amplia-

ção da causa ambiental, ainda são instrumentos que atendem apenas um segmento da sociedade - jovens, classe média, escolarizados e de zonas urbanas -, já que o acesso em áreas rurais ou municípios menores ainda é limitado. Há de se ressaltar, a partir deste resultado, que as campanhas podem não ter atingido a população geral.

A correlação entre a presença de imagens e as formas de interação do Facebook mostra que os posts que contêm imagens são os mais curtidos, comentados e compartilhados. Apenas 18 posts não contaram com recurso de mídia: imagem, vídeo ou *link*. Considerando o objetivo de mobilizar os brasileiros a manifestarem sua discordância da lei do Código Florestal, ou seja, estimular a participação política dos indivíduos no debate, pode-se inferir que o uso de imagens das campanhas nos posts proporcionou um ambiente mais atrativo com vistas à participação e interação.

Os 92 posts totais das campanhas tiveram um total de 32.846 curtidas, 2.738 comentários e 76.633 compartilhamentos. Estes são os três principais instrumentos interativos que possibilitam o relacionamento entre indivíduos e indivíduo e Comitê na rede social digital.

No geral, foi possível constatar que o número de compartilhamentos foi maior (71.024) e o número de curtidas foi o segundo maior (32.187). O número de comentários é o menor (2.679), o que representa aproximadamente 8,34% da quantidade dos que curtiram e 3,57% do número de compartilhamento. Esses dados demonstram que os fãs da *fan page* se dispõem pouco a comentar as postagens e discutir o tema, ao invés disso há um aumento da visibilidade das publicações e não um debate qualificado sobre a modificação do Código Florestal.

Os poucos comentários feitos indicam uma baixa participação ou pouco debate político, pois como diz Maia (2000) a internet é uma “arena conversacional, em que a participação ocorre quando há a prática de argumentação”.

No geral, os internautas não fizeram comentários em resposta sobre aquilo que o Comitê divulgou. Os comentários mais frequentes somente repetiram ou apoiaram o que foi publicado, sem uma argumentação de teor político, o que indica poucos ganhos democráticos. Como defende Aggio (2011) esta situação trata-se de uma cultura política e valores de uma sociedade pouco participativa em discussões políticas.

A publicação com maior alcance de pessoas (102.072) e com mais alto nível de envolvimento, ou seja, cliques na publicação (32.623), curtidas, comentários e compartilhamentos (23.980) é de um artigo produzido pela jornalista Miriam Leitão para o jornal O Globo, comentando as declarações do então ministro dos esportes Aldo Rebelo sobre o episódio de a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ter carregado a bandeira das Olimpíadas na cerimônia de abertura dos jogos olímpico de Londres. Matéria esta, que não cita o Código Florestal, mas que envolve dois atores políticos chaves no processo.

Os posts foram classificados como sendo de: I) divulgação, trazendo informações sobre as campanhas do Comitê contra o Código Florestal ou simplesmente citando o mote da campanha; II) mobilização *off-line*: posts que tratam de mobilizações presenciais; III) mobilização *on-line*: posts que tratam de mobilizações em alguma ferramenta *on-line*; e IV) informação de interesse/notícias: traz informações, artigo, estudo ou matéria de mídia relacionadas a questões ambientais gerais, que tangenciam o interesse principal da iniciativa. Dentre os 92 posts, 37 de divulgação, 25 foram de informação, 21 de mobilização *off-line*, 15 mobilização *on-line*.

De forma geral, o Comitê não se utilizou do Facebook para fazer argumentações sobre o caso do Código Florestal, todavia 24 de suas publicações apresentam links que direcionam para artigos mais argumentativos ou matérias divulgadas na imprensa tradicional. Assim, o que se pode aferir, a partir deste dado, é que as matérias e artigos produzidos pela imprensa tradicional têm grande influência na transmissão das informações na internet. Ou seja, o Comitê se colocou aqui como uma forma de vociferar e não como fonte de conteúdo próprio.

Ao somar a quantidade de posts classificados como mobilização *off-line* com os posts de mobilização *on-line* tem-se o total 36 mensagens. Destas a maioria (20) é referente a alguma mobilização que já aconteceu. Este resultado indica que a rede social digital Facebook foi também utilizada pelo Comitê para mobilizar a população para ações, sejam elas de rua ou *on-line*, como tuitaço, assinatura de petição, envio de e-mail ou sms para parlamentares, entre outras.

## Considerações finais

As informações postadas no Facebook do Comitê são de divulgação e de mobilização (*on-line e off-line*) acerca das campanhas contra o Código Florestal, o que confirma a intenção do Comitê de mobilizar a sociedade para se posicionar desfavorável ao projeto de lei. Porém, ao analisar cada ação no Facebook percebeu-se que o Comitê não utilizou o Facebook para discussão política.

Os números referentes a curtidas, comentários e compartilhamentos indicam que a divulgação das campanhas na rede social digital contribuiu para tornar o debate do Código Florestal mais conhecido já que percebe-se, ao longo dos meses, um aumento no número de usuários da *fan page*.

A utilização do Facebook pelo coletivo de organizações cria uma aparente relação com os indivíduos devido a quantidade de número de *posts* com recursos digitais, mas o que há na verdade é uma ausência de interação/diálogo, que pode ser percebida no pouco retorno do Comitê aos comentários dos internautas, ou seja, uma comunicação limitada, que não pode ser considerada de mão dupla.

O Facebook apresenta-se como uma rede de relacionamento, que na opinião de Zhang *et al* (2010), se envolver questões políticas nesse ambiente, pode gerar aumento de participação cívica. Mesmo que o Facebook não se apresente como uma plataforma para participação mais efetiva, ele pode ser um meio de transmissão de informações para subsidiar os indivíduos nas suas decisões políticas.

A internet apresenta potenciais positivos e negativos para a promoção da democracia, todavia a participação e a consciência política são questões complexas e que, de acordo com Aggio (2011), estão relacionadas com a cultura cívica e uma cultura política de participação de cada sociedade e até mesmo de cada indivíduo.

O objetivo de aproveitar a capilaridade do Comitê e ecoar o tema em uma parcela significativa da sociedade não pode ser comprovado neste estudo, pois para afirmar se houve ou não ampla participação da sociedade é necessário realizar um survey com os usuários do Facebook.

Por fim, a pesquisa evidencia que a presença e atuação da população no Facebook torna indispensável que as OSCs estejam cada vez mais presentes nesta rede social digital. Esta tecnologia já tem demonstrado mudanças nas formas de interação, participação e na maneira de fornecer e disponibilizar informação. No

entanto, ainda há uma falta de habilidade ou de interesse real das OSCs exercerem um papel mais interativo com a população, o que reflete nos efeitos das redes sociais digitais para a prática política dos indivíduos.

Portanto, conclui-se que as ferramentas da internet ainda não são utilizadas pelas organizações da sociedade civil para interagir com os indivíduos e gerar uma ampliação do debate político de forma crítica e democrática, que resultasse no aumento da participação popular.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

---

## Referências

AGGIO, C. **Internet, eleições e participação**: Questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online. In MAIA, R.; GOMES, W; MARQUES, F (Orgs.) *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre. Editora Sulina. p. 175-193. 2011;

BORGES. J. **Participação Política, Internet e Competências Infocomunicacionais**: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. Tese de Doutorado da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação. 2011;

CASTELLS, M. A. **Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Luiza X. De A. Borges. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. p. 244. 2003;

GOMES, W. **Opinião política na internet: uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede**. In: X Encontro Anual da Compós, 2001. X Encontro Anual da Compós. Brasília. 2001;

\_\_\_\_\_, W.; FERNANDES, B.; REIS, L.; SILVA, T. **Politics 2.0**: A campanha on-line de Barack Obama em 2008. In: *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 17, n 34, Curitiba. 2009;

MAIA, R. **Redes Cívicas e internet**: efeitos democráticos do associativismo. in: *LOGOS 27: Mídia e democracia*. Ano 14. 2007;

\_\_\_\_\_, R. **Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual**: aproximação às Condições da Deliberação. In: GOMES, W. e MAIA, R. *Comunicação e Democracia – Problemas e Perspectivas*. Editora Paulus. São Paulo. 2008;

NORRIS, Pippa. **Digital divide**: civic engagement, information poverty and the Internet worldwide. in: Cambridge University Press. Cambridge. 2001;

---

PRIMO, A. **Conflito e cooperação em interações mediadas por Computador.** Trabalho apresentado no GT de Tecnologias Informacionais da Comunicação e Sociedade da XIII Compós. Niterói, RJ. 2005;

RIBEIRO, E.; BORBA, J. **As dimensões da participação política no Brasil.** Teoria & Pesquisa. Vol. 20. p. 11-36, 2011;

SAMPAIO, R. **Participação Política e os Potenciais Democráticos da Internet.** in: Revista Debates, Porto Alegre, Vol.4, n.1, p. 29-53.2010;

STABILE, M. **Democracia Eletrônica para quem?** Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o portal da Câmara dos Deputados. Tese de mestrado. Universidade de Brasília - UnB. Instituto Ciência Política. 2012;

STROMER-GALLEY, J. **On-line interaction and why candidates avoid it.** Journal of Communication. Vol. 50, n. 4, p. 111-132. 2000;

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Editora Vozes, Petrópolis. 1998;

ZHANG, W. *et al.* **The Revolution Will be Networked:** The Influence of Social Networking Sites on Political Attitudes and Behavior. Social Science Computer Review. Vol. 28, n.1, p.75-9. 2010.

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: POLÍTICAS AMBIENTAIS E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Jonatta Sousa Paulino<sup>1</sup>

Luis Henrique Hermínio Cunha<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho fundamenta a tese de que o ambientalismo tem sido um dos instrumentos legítimos nos esforços contemporâneos de modernização de determinados espaços, atuando através de políticas voltadas à regulação do acesso, uso e manejo de recursos naturais. Destarte, a implantação de Unidades de Conservação (UC) seria uma opção mais ou menos consciente de muitos agentes públicos e da sociedade civil em avançar no processo de modernização pela via institucional, dado o fracasso da via econômica em meados dos anos 1980. A partir de uma análise de conteúdo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de estudos de caso relativos à implantação de UCs, procura-se demonstrar porque estas políticas são instrumentos de modernização e como elas impactam principalmente as populações historicamente marginalizadas. Assim, busca-se oferecer uma nova interpretação destes dados, demonstrando que a constituição de unidades de conservação pode ser apreendida como esforços de modernização institucional de populações “tradicionais”.

**Palavras-Chave:** Unidades de Conservação; Modernização; Institucional.

---

1 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2010). Mestre em Ciências Sociais (2013) e atualmente Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

2 Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2002). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

---

## ABSTRACT

This work is based upon the idea that environmentalism has been one of the legitimate instruments in contemporary efforts of certain spaces modernization, acting through policies aimed at regulating access, use and management of natural resources. Thus, the implantation of Protected Areas (PA) would be a more or less conscious choice of many public and civil society actors to advance the process of institutional modernization, given the failure of the economic route in mid-1980. From a content analysis of the National Protected Areas System and case studies on the implementation of PAs, seek to demonstrate why these policies are instruments of modernization and how they mainly impact the historically marginalized populations. Therefore, seeks to offer a new interpretation of these data in an attempt to demonstrate that the establishment of protected areas may be perceived as part of institutional modernization efforts of “traditional” people.

**Keywords:** Protected Areas; Modernization; Institutional.

## Introdução

O interesse crescente no campo das ciências sociais sobre as iniciativas de proteção ambiental e a constituição de Unidades de Conservação (UC) no Brasil reflete tanto a mobilização em torno da temática quanto os esforços dos pesquisadores em problematizar a aplicação das estratégias institucionalizadas de proteção da natureza. Neste contexto, tem-se privilegiado a análise das relações entre as políticas ambientais e as populações que vivem no interior ou entorno das UCs (COVEZZI, 2009). A criação de uma unidade de conservação geralmente afeta a vida destas populações, impondo novas regras de acesso e uso de recursos naturais e alterando seus modos de vida; instituindo novas territorialidades e muitas vezes levando a emergência de conflitos (HENCHEN e MENESES, 2009; VELÁSQUEZ, BOAS e SCHWARTZMAN, 2006; FLEURY e ALMEIDA, 2008). Por outro lado, muitos estudos realizados acabam por construir/reproduzir um “discurso autorizado” (BOURDIEU, 1996), que funciona como elemento de legitimação das ações estatais e dos movimentos sociais relativas à execução de políticas de conservação da natureza através da criação de áreas protegidas. Conceitos como participativo, sustentável, desenvolvimento regional e gestão territorial são comumente utilizados no ideário destas políticas para o ajustamento das populações-alvo aos arranjos institucionais propostos por seus executores.

Unidades de Conservação podem ser entendidas como espaços territoriais adequados para proteção, incluindo seus recursos ambientais e características naturais relevantes, sendo legalmente instituído pelo Poder Público, sob regime especial de administração (VIANNA, 2008). O enquadramento dado à temática das unidades de conservação pelas ciências sociais e o próprio significado da política de proteção da natureza precisam ser permanentemente questionados. Este trabalho apresenta um esforço de compreender qual é o sentido dessa política para além da chave em que ela mesma se coloca; para além da simples, digamos assim, intenção de conservação ambiental. Argumentamos que o processo de criação de UCs pode ser lido como parte dos esforços de modernização de determinados espaços pela via institucional. Isto é, a operação do Estado e de outros atores no sentido de promover uma atualização das relações sociais através da constituição de novos arranjos institucionais, que levam a uma racionalização crescente dos modos de vida nestes espaços, ocupados por setores da sociedade

que neste trabalho não são tidos como não-modernos, arcaicos ou tradicionais, mas simplesmente, também modernos.

Assim, não é saber se o discurso científico, no que tange às estratégias de conservação, está ou não correto, mas elaborar uma consciência sobre as operações que estão se dando na realidade e que não estão superficialmente visíveis. Neste caso, demonstrar que as UCs podem ser vistas como uma tentativa modernizadora – que diferentemente do esforço de modernização de ênfase econômica esgotado na década de 1980, que tomava como foco as classes dominantes e seus interesses – trabalhando não mais sob pilares econômicos, mas sim, institucionais (CUNHA, PAULINO e MENEZES, 2009).

A base de dados de nossa pesquisa é composta por 15 artigos (Quadro 1), escritos nos anos 2000, fundamentados em estudos empíricos sobre a constituição de unidades de conservação no Brasil, publicados em revistas acadêmicas e apresentados em grupos de trabalhos de eventos acadêmicos no campo das ciências sociais. Priorizamos aqueles trabalhos que problematizaram a relação das populações ditas tradicionais ou residentes no entorno das UCs com a preservação dos recursos naturais. Recorreu-se, ainda, à análise de documentos que fundamentam as políticas ambientais, privilegiando aqueles publicados pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Realizamos assim, uma análise de conteúdo – focando nos anos 2000 – dessa base de dados, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Do ponto de vista qualitativo, buscamos reinterpretar evidências empíricas apresentadas nos artigos selecionados, agrupando-as em temas relativos à demonstração de um processo de modernização institucional de populações ditas tradicionais. A estratégia quantitativa serviu para validar a análise qualitativa, através do exame de recorrência de certas ideias que corroboram a tese que defendemos.

**Quadro 1:** Artigos sobre UCs que formam a base de dados da pesquisa

| Nome do artigo                                                                                                                   | Autor(es)                                                                                                   | Data de publicação | Meio de publicação                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------------------------------|
| Trajetórias do Jaguar. Unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo | João Luiz Hoeffel; Almerinda Antonia Barbosa Fadini; Micheli Kowalczuk Machado; Jussara Christina Reis      | 2008               | Revista Ambiente e Sociedade                                |
| Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira                | Eliana Santos Junqueira Creado; Ana Beatriz Vianna Mendes; Lúcia da Costa Ferreira; Simone Vieira de Campos | 2008               | Revista Ambiente e Sociedade                                |
| A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá                                                                                | Helder L. Queiroz                                                                                           | 2005               | Revista Estudos Avançados                                   |
| O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social                                             | Cristina Teixeira                                                                                           | 2005               | Revista Brasileira de Ciências Sociais                      |
| A dinâmica tutelar em uma unidade de conservação e os processos classificatórios: o caso do Aventureiro, Ilha Grande-RJ          | Gustavo Villela Lima da Costa                                                                               | 2009               | Artigo apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS          |
| Cerrado, sentidos e interesses em disputa: os conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas (GO)                     | Lorena Cândido Fleury e Jalcione Almeida                                                                    | 2008               | Artigo apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais |
| A criação de unidades de conservação: quando a solução para a questão ambiental acaba provocando um problema social              | Francisco Emanuel Matos Brito                                                                               | 2008               | Artigo apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais |

|                                                                                                                    |                                                                             |      |                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------|--------------------------------------------------------------|
| Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará                     | Cristina Velásquez, André Villas Boas e Stephen Schwartzman                 | 2006 | Revista Administração Pública                                |
| Justiça local nas Reservas Extrativistas                                                                           | Mauro W. Barbosa de Almeida e Mariana Ciavatta Pantoja                      | 2005 | Revista Raízes                                               |
| Unidades de conservação no semi-árido nordestino: o caso do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos – PB             | Antonia Arisdélia F. M. A. Feitosa, Takako Watanabe e Marilda A. de Menezes | 2002 | Revista Raízes                                               |
| Território Xingu: da ambientalização do território ao fechamento da fronteira agropecuária na Terra do Meio        | Mário José Henchen e Alcione Sousa de Meneses                               | 2009 | Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia |
| “Lago Suíço em terras tropicais”: A Lagoa de Cima (RJ) como objeto de construções sensível-simbólicas              | Klenio Veiga da Costa                                                       | 2009 | Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia |
| A Participação da Comunidade da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema/Acre no Programa Biodiversidade Brasil-Itália | Edson Vanda Pereira dos Santos                                              | 2009 | Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia |
| Impactos sócio-ambientais e desestruturação de modos de vida pantaneiros em Barão de Melgaço – MT                  | Marinete Covezzi                                                            | 2009 | Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia |
| Construção de um Índice de Qualidade Sócio-Ambiental na RDS do Tupé                                                | Duarcides Ferreira Mariosa                                                  | 2009 | Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia |

**Fonte:** Próprio autor. Jonatta Sousa Paulino, 2010.

## I. Unidades de Conservação enquanto projeto de modernização institucional

A gestão de “Unidades Conservação de Uso Sustentável”<sup>3</sup>, como definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), fica a cargo do plano de manejo e do conselho gestor consultivo<sup>4</sup>, que funcionam como colegiados formados de diferentes setores da sociedade, como órgãos públicos municipais, associação de moradores, entre outros. Vale salientar que a presença das populações locais só é permitida nas UCs de uso sustentável se estas forem consideradas como “tradicionalistas”<sup>5</sup>.

Atualmente, o tema da modernização ganha destaque, ainda que onde essas ações são aplicadas é justamente onde ocorre um encobrimento desta tentativa de racionalização, pois é rara a produção científica que enxergue-a como uma estratégia de modernização. Modernização e racionalização são conceitos intrinsecamente conectados, já que no processo de modernização haveria uma crescente incorporação do pensamento racional, com maior adequação meios/fins e alto nível de racionalização, sistematização e cumprimento de objetivos complexos e bem estruturados nas práticas dos atores sociais (WEBER, 2004).

A propagação do agir racional está ligada ao progresso técnico científico, que se propaga pelos setores institucionais da sociedade, reformulando-os. A racionalização dos modos de vida pode ser vista como a institucionalização de uma dominação, isto é, o procedimento técnico-científico como fundamento da legitimação do poder público (HABERMAS, 2006). Com isto quero dizer que o discurso das políticas públicas usa termos provenientes dos conhecimentos das ciências sociais (como participativo, gestão, desenvolvimento sustentável ou regional) para legitimar e fazer necessária sua atuação, escondendo sua vi-

---

3 Neste caso, os recursos naturais podem ser utilizados pela população local, contanto que não se afete a conservação da biodiversidade. Podem ser: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Natural (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

4 Exceto para a Resex e RDS, que devem ser deliberativos.

5 Excetuando-se as APA.

são do público alvo como marginalizados e a conseqüente dominação efetivada em sua atuação. Esta possibilidade do conhecimento científico, neste caso, das ciências sociais, de influenciar a realidade é discutido por Giddens (1991) como sendo uma característica inclusive da própria modernidade, a sua reflexividade. As ciências sociais são essencialmente reflexivas, isto é, a produção que é feita através da observação da realidade social pode influenciar esta própria realidade.

A forma como o poder público considera as populações marginalizadas, ou seja, como tradicionais, não é algo válido, isto porque “a tradição justificada é tradição falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do moderno” (GIDDENS, 1991, p. 45), isto é, tais populações também estão inseridas, de uma outra forma, nas dinâmicas modernas. Uma solução à visão modernizadora e ao dualismo tradicional/moderno se encontra na noção de modernidades múltiplas de Eisenstadt (2001), para quem a melhor forma de compreender o mundo contemporâneo – e também de explicar a própria história da modernidade – é “vê-lo como uma história contínua de constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais” (CUNHA, PAULINO e MENEZES, 2009, p. 209).

## **I.1 Consulta Pública e Conselho Gestor: a racionalização por meio das instituições**

A gestão das UCs caminha numa direção caracterizada pela idéia de participação. É recorrente nos documentos publicados pelo MMA a inserção do caráter democrático dos procedimentos decisórios. Por exemplo, o documento “Gestão participativa do SNUC” (2004) indica que mais recentemente está ocorrendo um maior envolvimento das populações locais, demonstrando isso através de experiências (basicamente entrevistas) em UCs marcadas pela gestão participativa.

Nas UCs, a gestão é de responsabilidade do conselho gestor, instância colegiada formada por diferentes setores da sociedade, como representantes de órgãos públicos municipais e associações de moradores. O conselho gestor consultivo deve encaminhar suas decisões em consonância com as determinações expressas pelo plano de manejo da unidade de conservação. O caráter participativo da gestão considera, além dos conselhos gestores, o instrumento da consulta pública. O primeiro, visto como um “espaço instituído do controle social da gestão do patrimônio público” (MMA/PNAP, 2004, p 40). O último pode ser entendido

como um “processo participativo e (...) representativo de interlocução entre atores sociais da esfera governamental e não-governamental, (...) por meio de fóruns (reuniões, debates públicos, oficinas e visitas técnicas, assembleias e outras oitívias similares), estudos e pesquisas complementares” (MMA/PNAP, 2004, p. 36).

Para a implantação de uma UC é necessária a realização da Consulta Pública, em que a mobilização social da população local torna-se um fator importantíssimo para o alcance deste caráter participativo de decisões. O meio pelo qual a inserção da sociedade civil nas esferas de implantação e gestão da política ocorre é através da capacitação, isto é, através de cursos, oficinas, palestras, enfim, formas de se “ensinar” àqueles representantes da população local como se deve proceder em seus atos de acordo com os ditames necessários à adequação das políticas ambientais. Os atores sociais já capacitados, trabalharão em conjunto com os técnicos para disseminar a regularização das práticas de acordo com a regulamentação ambiental.

O trabalho da consulta pública (audiências e reuniões objetivando a gestão participativa) pode se construir por meio do diálogo entre as populações locais e os técnicos legitimados pela ciência e pelo poder público. Assim, as associações locais, comunitárias, são sempre um ponto de interlocução entre o poder público e a sociedade civil, ou seja, é através das associações, grupos e etc, que os elementos reguladores da política se alastrarão pelas comunidades.

É comum a utilização da noção de mobilização social e de criação ou fortalecimento de uma outra consciência que leve em consideração a proteção ambiental como fator elementar na atuação desta política. Tomemos, por exemplo, este trecho de uma entrevista realizada com Adriano Alves de Souza, contando da experiência de proteção da Floresta Nacional Anauá, Rorainópolis (RR):

Entrevistadora - Havia a preocupação da comunidade em preservar a floresta; eles viam essa preservação da biodiversidade, de se criar uma FLONA?

Adriano - Antes do levantamento dessa demanda e identificação dessa potencialidade, não, porque a comunidade foi acostumada a receber tudo de graça dos governos assistencialistas, paternalistas. (...) Essa preocupação só começou de três anos para cá, com

uma conscientização maior, até por nós mesmos da comunidade repassando isso, e o próprio IBAMA, que se aproximou mais da comunidade (MMA/PNAP, 2004, p. 48).

Entrevistadora - E eles sabem do processo, participam do que está sendo feito na região deles?

Adriano - Sim, participam, porque eles têm a consciência, até pela explanação que houve nas consultas e reuniões de que, sendo criada essa floresta, eles poderão de forma legalizada utilizar o potencial e a riqueza que tem ali, mediante treinamentos, capacitação e tudo mais (grifo nosso) (MMA/PNAP, 2004, p. 51).

A fala da liderança local é expressiva dos processos que estamos tentando demonstrar. De um lado, a “comunidade” é apresentada como atrasada, ou presa a laços não democráticos/participativos (o que quer dizer, não modernos): “acostumada a receber tudo de graça dos governos assistencialistas, paternalistas”. A nova consciência ambiental a que se refere o informante é imediatamente relacionada ao aproveitamento “legalizado” do potencial e da riqueza locais, mediante “treinamentos, capacitação e tudo mais”.

Outros trechos, retirados de relato sobre a experiência de gestão na Reserva Extrativista do Batoque (CE), focam a relação entre a criação de novos arranjos institucionais (fóruns, comitês) e o papel da educação ambiental como auxiliar aos esforços de regulação das condutas para a conservação de recursos naturais em UCs (MMA/PNAP, 2004, p. 69):

As várias instituições envolvidas têm capacidade de interferências diferenciadas, o que aponta para a necessidade de qualificação dos comunitários no sentido de diferenciar os momentos de concretização de atividades que movam estas instituições para o fim comum (MMA/PNAP, 2004, p. 70).

Um dos princípios básicos da educação ambiental é o respeito à diversidade cultural. É preciso que sejam buscados novos hábitos e habilidades (grifo nosso), que possibilitem aos grupos ou indivíduos a manutenção de uma relação mais igualitária entre os mesmos e na apropriação dos recursos naturais (MMA/PNAP, 2004, p. 71).

De forma a garantir estes objetivos, a proposta desenvolvida buscou o processo de construção, tendo como base a reflexão-ação-reflexão, valorizando com intensidade as manifestações populares como instrumentos de exercício da cidadania na apropriação e uso dos recursos (GARJARDO apud MMA/PNAP, 2004, p. 71).

(...) proposta de educação deste porte deve garantir uma política de desenvolvimento e conservação dos recursos naturais e deve pautar-se pelo estabelecimento de uma nova ética, que exige novas reflexões e ações sobre a dignidade, contradições, as opressões e as desigualdades, onde a qualidade de vida seja elemento mediador na relação sociedade natureza (MMA/PNAP, 2004, p. 72).

De um lado, a experiência é estruturada em dois eixos: a) incentivo a adoção de novas formas de organização social e tomada de decisão, através da criação do fórum do litoral, fórum dos pescadores, comitê da pesca e b) a busca por “novos hábitos” (ou seja, alteração nas práticas locais) e por “uma nova ética” (em outros termos, esforços no sentido de inculcar novas visões de mundo ou sistemas simbólicos de classificação e julgamento). De outro, a tensão entre uma valorização do tradicional e a necessidade de sua superação, expressa de maneira contundente na defesa do “respeito à diversidade cultural” ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de busca de “novos hábitos e habilidades”.

Vemos então que a conscientização (uma nova percepção da natureza), em conjunto com treinamento e capacitação (a interiorização de novas práticas que estejam de acordo com os ideais da conservação ambiental) é algo sempre presente na política pública. Por mais que os relatos reunidos no documento intitulado “Princípios para uma gestão participativa” sejam de autoria de integrantes da sociedade civil, eles expressam uma conformação a padrões institucionalizados, que têm no Estado sua fonte de legitimidade. A educação ambiental, assim, oferece um novo código a permear as condutas individuais, um processo de interiorização de comportamentos e práticas coletivas. Assim, estamos diante de um processo histórico de “interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais (...) de diferentes facetas da questão pública do meio ambiente” (LOPES, 2004, p. 17),

A complexificação dos instrumentos de tomada de decisão é claramente expressa na entrevista concedida por Maria Odete, líder da comunidade da Praia do Batoque (CE):

Entrevistadora - A comunidade participa; no conselho há vários representantes...

Maria Odete - Agora que foi criada a RESEX e está sendo feito o planejamento (...), foi criado esse grupo de trabalho, um GT que envolve artesanato, agricultura, pesca, escola, saúde, Governo Municipal, Estadual e as ONGs que querem nos ajudar (MMA/PNAP, 2004, p. 77).

Mas os relatos não deixam de indicar também as contradições deste processo, como conta Miguel Sarcello, da ONG SOS Amazônia, atuante no Parque Nacional Serra do Divisor (AC):

Entrevistadora - A comunidade local participa ativamente desses acontecimentos, por exemplo, a instalação do Conselho?

Miguel - É, eles são convidados a participar das reuniões e sempre estão presentes, mas não é assim uma participação em que a Sociedade Civil potencialize o Conselho e o Parque. Eles vêm e participam, tanto em Grupos de Trabalho quanto em Câmaras Técnicas, mas a participação ainda não é tão intensa como deveria (MMA/PNAP, 2004, p. 105).

Na fala do ambientalista, pode-se perceber mais claramente a maneira pela qual a “comunidade” é inserida no processo de modernização institucional representado pela criação da uma unidade de conservação. Uma inserção subordinada, dependente da mediação de atores com outros interesses.

A educação ambiental anda lado a lado com o controle territorial (MMA/DAP, 2007), já que educar significa enquadrar num dado conjunto de normas e formas de pensamento que permite o monitoramento das pessoas. A noção de “conscientização” serve para demonstrar como esta política busca alterar as formas de pensamento, a maneira como se dá a percepção da natureza pelas populações locais, em que a própria noção de conservação ambiental é construída e mantida pela atuação de representantes do poder público.

Outras noções como “fóruns”, “cursos”, “reuniões” por meio da “mobilização social”, objetivando a “capacitação”, “qualificação”, entre outras, são úteis para trazer a tona o esforço da política em racionalizar, modernizar, alterar o modo de

---

pensar e agir, promover “novos hábitos”, para que estes sejam compatíveis com a percepção do mundo da cultura englobante, esta que absorve com cada vez mais força o tema da proteção ambiental. Além do mais, a palavra “ética” e a expressão “reflexão-ação-reflexão” indicam como um novo conjunto de normas e regras se aplicam no cotidiano dos atores sociais, que se torna mais complexo, metódico, pensado e refletido antes de ser posto em prática, ou seja, mais racional, e o exemplo disto pode ser observado na construção de “Grupos de Trabalho” (GTs), uma aplicação mais sistemática do trabalho cotidiano.

O caminho que permite esta racionalização, aplicada em “setores sociais historicamente excluídos (extrativistas, pescadores, posseiros, ribeirinhos, pequenos produtores rurais, quilombolas, indígenas, etc.)” (MMA/PNAP, 2004, p. 38), concretiza a dominação burocrática (WEBER, 1994) moderna representada pela noção de “controle social”, operada por meio das instituições sociais, em que as associações e os grupos sociais funcionam como a porta de entrada do elemento racionalizador da política no modo de vida das populações locais, cujos agentes de disseminação são o Estado e as ONGs ambientalistas.

## **1.2 O falso dualismo: tradicional x moderno**

A tentativa modernizadora do poder público se apóia num indisfarçado dualismo entre tradicional e moderno, definindo-os como mundos sociais distintos e contraditórios de uma mesma realidade, sendo que o tradicional é muitas vezes valorizado discursivamente para ser combatido institucionalmente. Vale salientar que partimos do pressuposto que não há esta distinção entre tradicional e moderno, pois as populações locais são também modernas, possuindo apenas outra forma em que as relações sociais são concebidas. Assim:

(...) pensa-se no tradicional referido a relações sociais marcadas por um caráter arcaico, como se o contexto em que os atores sociais estão inseridos estivesse envolvido numa atmosfera de atraso e, para que as melhorias indicadas pelas políticas possam efetivar-se, é necessário promover reformas institucionais com caráter racionalizante. O tradicional não é um momento, uma época que remete ao passado (...). Neste sentido, a percepção do moderno é automaticamente ligada ao avanço e, podemos dizer, à forma correta de funcionamento do cosmos, intrinsecamente relacionada com uma visão de futuro, onde as práticas sociais são pensadas

---

basicamente na direção do amanhã (CUNHA, PAULINO e MENEZES, 2009, p. 203).

A expressão “populações tradicionais” é mencionada na Lei do SNUC (lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000) dezoito vezes e em seu decreto complementar (n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002) outras dez vezes, sem nenhuma consideração às noções de “moderno”, “modernização” ou “modernidade”. Os excertos abaixo, todos retirados da legislação sobre unidades de conservação, revelam esse indistinto dualismo tradicional/moderno, que elogia a tradição para ao mesmo tempo propor sua superação:

A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei (Art. 23 – Capítulo IV da Constituição Federal, Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000).

O contrato de concessão de direito real de uso e o termo de compromisso firmados com populações tradicionais das Reservas Extrativistas e Reservas de Uso Sustentável devem estar de acordo com o Plano de Manejo, devendo ser revistos, se necessário (Art. 13 – Capítulo IV da Constituição Federal, decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002).

A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica (Art. 17, parágrafo segundo – Capítulo V da Constituição Federal, decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002).

Em outras palavras, as populações locais, ao serem citadas na lei do SNUC, são definidas a maior parte das vezes como “tradicionais”, o que demonstra a idéia de que o tradicional é defendido “no campo das idéias” para ser combatido na prática, isto é, os setores marginalizados são assim tratados para demonstrar a necessidade de um trabalho de caráter atualizador de suas dinâmicas. E a forma como esta atualização é sucedida se concentra no campo da reformulação dos

---

arranjos institucionais que devem regular suas práticas, ou seja, modernização por via institucional.

## 2. A modernização disfarçada: quantificando os termos

A quantificação dos termos Tradição, Modernidade, Econômico, Institucional, Gestão, Consulta, Participação, Democrático, Associação e Lideranças, servirá para demonstrar o caráter institucional da atuação da política ambiental.

### 2.1 Tradição versus modernidade

Nos 15 artigos analisados<sup>6</sup> (TABELA 1), num total de 272 páginas, foram encontradas 171 referências ao termo tradição e seus derivados (tradicionalidade, tradicionalmente, tradições, tradicional, etc) e 26 referências ao termo modernidade e seus derivados (moderno, moderna, modernização, etc), demonstrando a ênfase dada a justificação de uma referida tradição para que haja a sua alteração.

**Tabela 1:** Número de vezes que aparecem as palavras: tradição (e seus derivados) x modernidade (e seus derivados)

| NOME DO ARTIGO                                                                                                                    | TRADIÇÃO<br>E SEUS<br>DERIVADOS | MODERNI-<br>DADE E SEUS<br>DERIVADOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| Trajetoárias do Jaguar. Unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo | 1                               | 2                                    |
| Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira                 | 42                              | 10                                   |
| A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá                                                                                 | 22                              | 0                                    |
| O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social                                              | 16                              | 1                                    |
| A dinâmica tutelar em uma unidade de conservação e os processos classificatórios: o caso do Aventureiro, Ilha Grande-RJ           | 19                              | 1                                    |

6 As quantificações dos “Quadro 2” e “Quadro 3” se detém ao corpo dos trabalhos, não contabilizando os termos em notas de rodapé ou referências bibliográficas.

|                                                                                                                     |            |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------|
| Cerrado, sentidos e interesses em disputa: os conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas (GO)        | 8          | 0         |
| A criação de unidades de conservação: quando a solução para a questão ambiental acaba provocando um problema social | 13         | 0         |
| Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará                      | 3          | 0         |
| Justiça local nas Reservas Extrativistas                                                                            | 11         | 1         |
| Unidades de conservação no semi-árido nordestino: o caso do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos – PB              | 14         | 1         |
| Território Xingu: da ambientalização do território ao fechamento da fronteira agropecuária na Terra do Meio         | 3          | 0         |
| “Lago Suíço em terras tropicais”: A Lagoa de Cima (RJ) como objeto de construções sensível-simbólicas               | 3          | 5         |
| A Participação da Comunidade da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema/Acre no Programa Biodiversidade Brasil-Itália  | 1          | 1         |
| Impactos sócio-ambientais e desestruturação de modos de vida pantaneiros em Barão de Melgaço – MT                   | 15         | 4         |
| Construção de um Índice de Qualidade Sócio-Ambiental na RDS do Tupé                                                 | 0          | 0         |
| <b>TOTAL:</b>                                                                                                       | <b>171</b> | <b>26</b> |

**Fonte:** Próprio autor. Jonatta Sousa Paulino, 2010.

Dentre os trabalhos, 12 apresentam referências a termos associados à idéia de tradição de forma preponderante em relação aos termos associados à noção de modernidade. Apenas um artigo não apresentou nenhuma menção das referidas noções. Dois destes artigos possuem mais citações referidas aos termos associados à idéia de modernidade do que à idéia de tradição. Entretanto, isto não significa que haja um raciocínio que leve em consideração a estratégia modernizante da política ambiental. Em primeiro lugar, no artigo de Hoeffel (et al., 2008) há apenas a acentuação da divisão entre os mundos sociais, de um lado a tradição, condicionada ao meio rural, às áreas marginalizadas e do outro lado, o moderno, automaticamente visto como intrínseco ao meio urbano:

Para os turistas, a atração pela área de estudo tem como causa uma desilusão com elementos urbanos modernos e pelo fato de

julgarem que, nas áreas rurais visitadas, há características opostas às encontradas nas cidades (HOEFFEL, FADINI, MACHADO e REIS, 2008, p. 140).

Em segundo lugar, no trabalho de Costa (2009) é possível perceber uma intenção de homogeneização por parte da política ambiental quanto à percepção da natureza e quanto as características peculiares das sociedades em questão. No entanto, isso não chega a ser percebido como uma estratégia de modernização de setores, vale salientar, também modernos, mas apenas uma forma de homogeneização característica do grande alcance da modernidade, concretizando ainda a cisão daquilo que seria tradicional e seu oposto, o moderno:

(...) apresenta-se o conceito moderno de Natureza e seus desdobramentos, destacando-se deste a forma cindida com a qual é tratada a questão Homem e Natureza (COSTA, 2009, p. 19).

Entretanto, no centro da questão figura o fato de que em muitas UCs a política ambiental vem sendo conduzida de modo aprisionado às informações contidas nas ciências naturais e, desta forma, negligenciam outros componentes da realidade, tais como, os processos sociais, econômicos e culturais existentes no interior destas áreas protegidas que destoam em certa medida do projeto societário hegemônico. Neste sentido, perdura nas políticas públicas e em seus executores uma concepção de política que visa à universalização dos direitos, como é o caso do direito ao meio ambiente. Não obstante, esta pretensa igualdade de acessos, pressupõe que compartilhamos a condição homogeneizante de 'sujeitos modernos' (COSTA, 2009, p. 14, grifo nosso).

## 2.2 Econômico versus institucional

A preponderância das referências sobre economia em relação às referências sobre instituições (TABELA 2) indica o quanto as ciências sociais ignoram o caráter, em grande parte institucional, da aplicação das Unidades de Conservação, concretizando assim, uma separação, de todo modo, entre a ênfase da política e a realização da pesquisa sobre o tema.

**Tabela 2:** Número de vezes que aparecem as palavras: econômico (e seus derivados) x institucional (e seus derivados)

| NOME DO ARTIGO                                                                                                                   | ECONÔMICO<br>E SEUS<br>DERIVADOS | INSTITUCIO-<br>NAL E SEUS<br>DERIVADOS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------|
| Trajatórias do Jaguar. Unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo | 11                               | 3                                      |
| Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira                | 8                                | 4                                      |
| A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá                                                                                | 9                                | 5                                      |
| O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social                                             | 23                               | 3                                      |
| A dinâmica tutelar em uma unidade de conservação e os processos classificatórios: o caso do Aventureiro, Ilha Grande-RJ          | 5                                | 13                                     |
| Cerrado, sentidos e interesses em disputa: os conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas (GO)                     | 30                               | 12                                     |
| A criação de unidades de conservação: quando a solução para a questão ambiental acaba provocando um problema social              | 7                                | 3                                      |
| Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará                                   | 17                               | 8                                      |
| Justiça local nas Reservas Extrativistas                                                                                         | 3                                | 5                                      |
| Unidades de conservação no semi-árido nordestino: o caso do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos – PB                           | 4                                | 12                                     |
| Território Xingu: da ambientalização do território ao fechamento da fronteira agropecuária na Terra do Meio                      | 11                               | 2                                      |
| “Lago Suíço em terras tropicais”: A Lagoa de Cima (RJ) como objeto de construções sensível-simbólicas                            | 6                                | 6                                      |
| A Participação da Comunidade da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema/Acre no Programa Biodiversidade Brasil-Itália               | 5                                | 17                                     |
| Impactos sócio-ambientais e desestruturação de modos de vida pantaneiros em Barão de Melgaço – MT                                | 7                                | 0                                      |
| Construção de um Índice de Qualidade Sócio-Ambiental na RDS do Tupé                                                              | 18                               | 3                                      |
| <b>TOTAL:</b>                                                                                                                    | <b>164</b>                       | <b>96</b>                              |

**Fonte:** Próprio autor. Jonatta Sousa Paulino, 2010.

Foram constatadas 164 aplicações dos termos referentes à economia e 96 aplicações dos termos referentes às institucionalidades, em que apenas dois casos o texto apresenta mais citações quanto aos termos institucionais, havendo ainda um caso onde ocorre a mesma quantidade de referências de ambas as terminologias. A análise dos artigos quanto aos termos econômico e seus derivados (economia, econômica, economicista, economicamente e etc) e institucional e seus derivados (instituição, institucional, institucionalidade, instituições e etc), alerta para a necessidade de se tencionar a idéia da modernização institucional graças a pouca atenção que os trabalhos na área das ciências humanas estão dando ao viés institucional da prática da conservação ambiental.

A última tabela (Tabela 3) expõe a utilização alguns termos e suas derivações: consulta (no que se refere à consulta das populações locais para a implantação e gestão das UCs), participação (no que tange à participação social), associação (associações de caráter social, como grupos sociais, comunidades e etc) e lideranças (de grupos locais).vsto significa que o olhar dos cientistas sociais ainda está mais direcionado aos fatores e transformações econômicas das populações alvo da política ambiental do que na aplicação da modernização por via institucional trazida pelas Unidades de Conservação. Entretanto, se somadas as linhas horizontais de cada artigo analisado, a utilização dos termos referentes às institucionalidades (Tabela 3), este se sobreporá em relação à quantidade de citações sobre economia (Tabela 2). Vemos assim que é inegável a presença deste viés institucional no trabalho da política de Unidades de Conservação.

**Tabela 3:** Quantificação dos termos que remetem às instituições sociais

| Nome do artigo                                                                                                                    | Con-sulta | Parti-cipação | Asso-ciação | Lide-ranças | TO-TAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------|-------------|-------------|--------|
| Trajетórias do Jaguarу. Unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo | 0         | 11            | 0           | 2           | 13     |
| Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira                 | 0         | 1             | 4           | 2           | 7      |

|                                                                                                                         |    |    |    |    |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----|----|----|------------|
| A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá                                                                       | 1  | 24 | 4  | 14 | <b>43</b>  |
| O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social                                    | 0  | 13 | 1  | 0  | <b>14</b>  |
| A dinâmica tutelar em uma unidade de conservação e os processos classificatórios: o caso do Aventureiro, Ilha Grande-RJ | 2  | 2  | 3  | 0  | <b>7</b>   |
| Cerrado, sentidos e interesses em disputa: os conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas (GO)            | 0  | 3  | 1  | 2  | <b>6</b>   |
| A criação de unidades de conservação: quando a solução para a questão ambiental acaba provocando um problema social     | 2  | 4  | 9  | 0  | <b>15</b>  |
| Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará                          | 0  | 0  | 1  | 2  | <b>3</b>   |
| Justiça local nas Reservas Extrativistas                                                                                | 2  | 0  | 28 | 0  | <b>30</b>  |
| Unidades de conservação no semi-árido nordestino: o caso do Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos – PB                  | 5  | 7  | 4  | 2  | <b>18</b>  |
| Território Xingu: da ambientalização do território ao fechamento da fronteira agropecuária na Terra do Meio             | 0  | 3  | 0  | 0  | <b>3</b>   |
| “Lago Suíço em terras tropicais”: A Lagoa de Cima (RJ) como objeto de construções sensível-simbólicas                   | 0  | 2  | 0  | 0  | <b>2</b>   |
| A Participação da Comunidade da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema/Acre no Programa Biodiversidade Brasil-Itália      | 13 | 60 | 18 | 38 | <b>129</b> |
| Impactos sócio-ambientais e desestruturação de modos de vida pantaneiros em Barão de Melgaço – MT                       | 0  | 3  | 1  | 0  | <b>4</b>   |

---

---

|                                                                     |           |            |           |           |            |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|------------|-----------|-----------|------------|
| Construção de um Índice de Qualidade Sócio-Ambiental na RDS do Tupé | 1         | 1          | 1         | 0         | 3          |
| <b>TOTAL</b>                                                        | <b>26</b> | <b>134</b> | <b>75</b> | <b>62</b> | <b>297</b> |

Fonte: Próprio autor. Jonatta Sousa Paulino, 2010.

## Considerações finais

As Unidades de Conservação no Brasil são um reflexo mais ou menos consciente de um novo processo modernizador, um renovado projeto de modernização com ênfase na via institucional para uma racionalização dos modos de vida, sendo aplicada nas classes dominadas e revestindo-se de um discurso científico que legitima suas práticas e o não seu questionamento. O pressuposto inscrito na elaboração da política ambiental é de que as populações existentes nos limites das UCs são arcaicas, em apenas um conceito: tradicionais. Assim, legitima-se a transformação de práticas e modos de pensar dos setores marginalizados para enquadrá-los na linha de racionalização em voga, modernizá-los. No entanto, não se pode afirmar que estas sociedades são tradicionais, já que também estão inseridas no processo de racionalização intrínseco da modernidade, global em seu alcance. Isto significa que as populações alvo da política conservacionista também são modernas, mas modernas de uma maneira específica, com práticas que não condizem, necessariamente, com o ideal de modernidade dominante.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

## Referências

BRASIL. **Lei do Snuc** - n. 9.985, de 18 de julho, 2000.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.340**, de 22 de agosto, 2002.

COSTA, Klenio Veiga da. “**Lago Suíço em terras tropicais**”: A Lagoa de Cima (RJ) como objeto de construções sensível-simbólicas. Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.

COVEZZI, Marinete. **Impactos sócio-ambientais e desestruturação de modos de vida pantaneiros em Barão de Melgaço – MT**. Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.

CUNHA, L. H., PAULINO, J. S., MENEZES, V. F. **O uso da idéia de território nas políticas públicas para o mundo rural como estratégia de modernização**. Artigo apresentado no 14° CISO, 2009, Recife, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A linguagem autorizada**. As condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: EDUSP, 1996.

EISENSTADT, S. N. **Modernidades múltiplas**. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 35: 139-163, 2001.

FLEURY, L. C., ALMEIDA, J. **Cerrado, sentidos e interesses em disputa**: os conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas (GO). Artigo apresentado no 3° Encontro da Rede de Estudos Rurais, Campina Grande, 2008.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2006.

---

HENCHEN, M. J., MENESES, A. S. de. **Território Xingu**: da ambientalização do território ao fechamento da fronteira agropecuária na Terra do Meio. Artigo apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.

HOEFFEL J. L., FADINI, A. A. B., MACHADO, M. K., REIS, J. C. **Trajatórias do Jaguar** - unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. Revista Ambiente e Sociedade. Campinas. Vol 11, n 1, 2008.

LOPES, José Sergio Leite. **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MMA/DAP. **Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: MMA, 2007.

MMA/PNAP. **Gestão Participativa. Ministério do Meio Ambiente**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

VELÁSQUEZ, C., BOAS, A. V., SCHWARTZMAN, S. **Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará**. Revista Administração Pública, V 40, n 6, 2006.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

WEBER, M. Os tipos de dominação. In: **Economia e Sociedade**, v. 1. Brasília: Editora UnB, pgs. 139-198, 1994.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## CRESCIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE: A DIMENSÃO AMBIENTAL DA GLOBALIZAÇÃO

Noval Benayon Mello<sup>1</sup>  
Jeane de Amorim Freire<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo trazer à tona a relação antagônica entre o crescimento econômico e o meio ambiente como resultado do processo de globalização. Para tanto foi realizado um breve resgate histórico das discussões ambientais, com a abordagem de conceitos como ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, no qual verificou-se que mesmo com todo o avanço das discussões ambientais, as ações e propostas foram insuficientes para conter a degradação ambiental e social. Para transformar essa situação seria necessário investimentos em educação, participação social, mudança na base cultural e de valores, preservação dos recursos naturais e satisfação das necessidades básicas.

**Palavras-chave:** Crescimento Econômico. Meio Ambiente. Globalização.

---

1 Economia (UFAM), Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ), Doutor em Educação (UFF), Professor Associado 4 da UFAM. E-mail: nbeaionmello@ig.com.br

2 Assistente Social (UFAM), Especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas pela UNINORTE, Assistente Social da Coordenação de Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFAM, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Endereço Postal: Rua Lírio roxo, nº 19, Quadra A3, Parque das Garças, Novo Aleixo, Manaus – AM, Cep: 69098-354. E-mail: jeaneamorim@yahoo.com.br

## ABSTRACT

This article aims to bring to light the antagonistic relationship between economic growth and the environment as a result of the globalization process. Therefore it conducted a brief historical review of the environmental discussions, with the approach of concepts such as eco-development and sustainable development, in which it was found that even with all the advances in environmental discussions, actions and proposals were insufficient to contain environmental degradation and social. To turn this situation would require investments in education, social participation, change in cultural background and values, preservation of natural resources and meeting the basic needs.

**Keywords:** Economic Growth. Environment. Globalization.

## Introdução

O atual modelo de crescimento econômico, sob a égide da ideologia do mercado, tem gerado enormes desequilíbrios e contradições, nos países onde exerce a sua hegemonia, particularmente entre os países subdesenvolvidos. Se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia (MENDES, 2008).

O crescimento não conduz automaticamente à igualdade, nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população.

Assim, quando se fala em crescimento econômico associado ao meio ambiente, que seria a proposta do chamado desenvolvimento sustentável, que, em tese, preocupa-se com a geração de riquezas, mas sem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta, colocamos em questão a possibilidade real dessa combinação em meio ao capitalismo neoliberal e a globalização da economia.

Portanto, o presente artigo trará à tona essa relação antagônica entre crescimento econômico e meio ambiente como resultado do processo de globalização.

### **I. Crescimento econômico: Dogmas persistentes das escolas econômicas clássica e neoclássica**

A relação conflituosa e contraditória entre riqueza e degradação ambiental e miséria resultam da adoção de um modelo econômico ainda obediente aos dogmas das escolas econômicas clássica e neoclássica, surgidas a partir de meados do século XVIII e do final do XIX.

Os princípios doutrinários dessas duas escolas dão plena ênfase à economia de mercado. Tem como base a crença de que os chamados mecanismos de mercado, atuando num ambiente de mínima intervenção governamental contrária aos seus interesses, condição *sine qua non* para promover o crescimento econômico, sinônimo de prosperidade.

De acordo com a ideologia da economia de mercado que estimula o indivi-

dualismo e o egoísmo, o conceito de hedonismo, princípio da máxima felicidade, preconiza que mais é melhor que menos, na cultura de que ter é melhor que ser. Quanto mais ter, melhor. Com isso confunde crescimento econômico com prosperidade. Dentro dessa lógica não haverá limites ao crescimento e os países devem, então, crescer continuamente. O princípio da liberdade não põe limites a produção e ao consumo num mundo fisicamente limitado. Num mundo limitado, a liberdade sem limite é impossível e qualquer proposta nesse sentido é antiética e imoral.

A liberdade de acumular bens indefinidamente é uma delas. O que não é possível. Existem pelo menos dois tipos de limitação ao crescimento ilimitado: recursos ecológicos limitados e crescimento populacional (JACKSON, T. 2013, p 59).

O primeiro se refere as quantidades finitas dos recursos ecológicos naturais que tornam possível a vida no planeta. O nível atual da atividade econômica fundada num alto índice de consumo de energia fóssil não renovável, a emissão de carbono, além da produção de resíduos sólidos não degradáveis, descartados em níveis elevados pela sociedade, está destruindo a integridade ecológica e colocando em risco a funcionalidade do sistema. Ignorar esse limite é condenar as gerações vindouras a viver num ambiente cada vez mais inóspito, quiçá inabitável.

A segunda limitação refere-se ao próprio ritmo de crescimento populacional. O crescimento descontrolado da população, caso venha a ocorrer, pode acelerar o esgotamento dos recursos ecológicos da terra, comprometendo a própria continuidade da vida do planeta num tempo próximo. A prosperidade social só poderá ser compreendida quando todas as pessoas em qualquer lugar sejam capazes de florescer com bem estar social.

## **2. Crescimento econômico X prosperidade social: Qual a medida certa dessa relação?**

A ideologia neoliberal (e sua premissa de liberdade/libertária) associa, de forma mecanicista e linear, crescimento da renda com prosperidade.

A medida de crescimento da renda nacional é, de acordo com a visão neoclássica, expressa na variação positiva do PIB. O PIB *per capita* que divide a riqueza de um país “igualmente” entre seus habitantes, leva embutida a crença de

que quanto maior for a renda, maior será o crescimento e, por conseguinte, o nível de prosperidade e satisfação com a vida. A história tem dado provas de que não é bem assim. Dela deriva a ideia do paradoxo da felicidade/vida satisfação (JACKSON, 2013). Pesquisas realizadas pelo autor em um conjunto de países tem demonstrado que o sentimento de felicidade das pessoas tem declinado nas últimas décadas, mesmo com o aumento considerável na renda real de cada país.

Pode-se citar como exemplo os EUA, cuja renda *per capita* triplicou desde os anos 1950, mas o nível de satisfação felicidade pouco aumentou e experimentou um declínio desde os meados dos anos 1970 (início do governo neoliberal de Ronald Reagan). Na Grã Bretanha mesmo com a renda dobrada, o percentual de pessoas que se consideram “muito felizes” que em 1957 era de 57%, caiu para 36% hoje (JACKSON, 2013. p. 54).

Na dimensão tecnológica existe um conflito entre a tecnologia convencional e a tecnologia de mercado. A tecnologia convencional, no sistema metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002) da economia de mercado é uma tecnologia para o consumo de massa, desde que se possa pagar por ele. Como o lucro é a variável determinante, quanto maior a produção maior o lucro, que leva cada vez mais ao uso intensivo de recursos não renováveis. E como um efeito colateral não desejado tem-se a geração de lixo tecnológico, tóxico, radioativo num nível nunca antes atingido. Vivemos hoje um momento de desenvolvimento científico e tecnológico sem precedentes. Ao mesmo tempo em que nunca se poluiu tanto o planeta como agora.

O consumo cada vez mais exacerbado de bens de luxo e de bens duráveis é considerado pelo sistema do capital como fator vital de motivação para todos e para os donos do dinheiro, as classes dominantes em particular. A cada dia se lançam novos produtos no mercado que precisam ser consumidos rapidamente para que o sistema econômico continue seu funcionamento. E isso gera lucros fabulosos para os setores oligopólicos da economia mundial. Mas isso representa mais consumo, mais descarte. A busca por maior competitividade para baratear os artigos produzidos tem levado às vezes a torna-los menos duráveis, resultado de um processo de obsolescência programada. Quando os artigos se quebram, o alto preço do conserto por vezes torna mais em conta comprar um artigo novo do que consertá-lo (MÉSZÁROS, 2002, p. 636). E o lixo tecnológico gerado pela “sociedade dos descartáveis” (MÉSZÁROS, 2002, p. 640) constitui hoje

um problema global de grandes proporções. Isso tem levado o mundo a um impasse. Pode ser preciso que haja menos crescimento, com menos desperdício e mais prosperidade e mais satisfação com a vida.

Para isso a economia deve ser orientada para as necessidades reais das pessoas, reduzindo-se consideravelmente o consumo conspícuo de uma classe que cultiva o luxo e a ostentação como necessidade. O luxo e a ostentação tornam-se o regulador do sociometabolismo do sistema do capital e passam a ter um caráter benéfico como consumo de bens supérfluos (MÉSZÁROS, 2002, p. 643).

### **3. Meio ambiente: Emergência histórica dos conceitos e das práticas**

Embora os primeiros sinais de discursos ambientais possam ser identificados em diversos relatos e contextos históricos anteriores, suas expressões mais recentes talvez possam ser observadas nos princípios da década de 70 do século passado. Alguns elementos importantes apontados nessa discussão foram pontuados por Bellen (2006) e Brüseke (1995) como acontecimentos que introduziram o conceito de desenvolvimento sustentável: o relatório sobre os limites do crescimento em 1972 (Conferência de Estocolmo), surgimento do conceito de ecodesenvolvimento em 1973, Declaração de Cocoyok em 1974, o relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld em 1975 e finalmente a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, realizada no Rio de Janeiro, comumente conhecida como Rio 92.

Podemos ver seus sinais nos movimentos sociais em defesa da ecologia que foram colocados em evidência nesse período ao redor do mundo; nos relatórios do Clube de Roma que produziu um relatório mundialmente conhecido como *The Limits to Growth*, contrapondo-se a ideia da ausência de limites para exploração dos recursos da natureza e à concepção dominante de crescimento contínuo da sociedade industrial; e mais ou menos diretamente, nos trabalhos de autores pioneiros, de diversos campos, que refletiram sobre as mesmas questões.

Contudo, as referências mais claras e sistematizadas à noção de desenvolvimento sustentável estão nos trabalhos do economista Ignacy Sachs, que desenvolveu a noção de Ecodesenvolvimento, e nas propostas do Relatório de Brundtland elaborado a partir da *World Commission on Environment and Develop-*

*ment* (WCED) que projetaram mundialmente o termo “desenvolvimento sustentável” e o conteúdo da nova estratégia oficial de desenvolvimento.

Sachs (1997), ao formular a noção de Ecodesenvolvimento, propunha uma alternativa à concepção clássica de desenvolvimento que articulava a educação, a participação social, a preservação dos recursos naturais e a satisfação das necessidades básicas. Perseguiu, com especial atenção, meios de superar a marginalização e a dependência política, cultural e tecnológica das populações envolvidas nos processos de mudança social. São, portanto, marcantes em seus trabalhos o compromisso com os direitos e o combate às desigualdades sociais e defesa com a autonomia dos povos e países do Norte, uma vez que seus estudos sobre ecodesenvolvimento referiam-se inicialmente a algumas regiões de países subdesenvolvidos e na percepção de que os problemas ambientais estão na interdependência entre o modelo dominante de desenvolvimento e o meio ambiente.

A Comissão Brundtland, por sua vez, embora apoiada em muitas das idéias apontadas por Sachs, chegou a um resultado diferente, ao desprezar o conteúdo político e emancipador do Ecodesenvolvimento. Assim, embora alguns elementos do estudo de Sachs permanecessem constantes, como a ideia de articular crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, o contexto em que foi elaborado resultou um conceito diferenciado. Ressaltavam, ao contrário, uma ênfase econômica e tecnológica e uma conciliação entre o modelo de desenvolvimento dominante e o meio ambiente que acabou por despolitizar a proposta de Sachs.

Enfim, o Relatório Brundtland traz uma das definições mais conhecidas de desenvolvimento sustentável como “aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991), estabelecendo os parâmetros e projetando o debate social sobre o desenvolvimento sustentável, partindo de uma concepção multidimensional de desenvolvimento, na qual há um equilíbrio entre as dimensões econômica ambiental e social.

#### **4. Meio ambiente e crescimento econômico: Uma relação possível?**

Como foi visto anteriormente a concepção dominante em torno da questão ambiental prevê o equilíbrio entre as esferas econômica, ambiental e social. Entretanto, de acordo com Benaion (2006) a relação entre o crescimento econômico e o meio ambiente tem sido historicamente antagônica. Anteriormente não haviam discussões e pesquisas sobre os efeitos da ação descontrolada do homem sobre o meio ambiente, o que poder-se-ia dizer, que a ignorância justifica determinadas atitudes. Todavia, atualmente, com o avanço da temática, o esgotamento dos recursos naturais e a contaminação ambiental continuam de forma severa, contínua e consciente.

Conforme alerta Reis (1982, p.171):

É certo que estamos chegando a um momento em que teremos todos de, numa tomada de consciência universal muito séria, medir as nossas responsabilidades e os perigos a que estamos expondo pelo tratamento bárbaro da natureza, pelo nosso comportamento agressivo em face dela, que saqueamos numa desenvoltura desumana e profundamente criminosa.

Podemos citar o caso particular da Amazônia, recordando que todo o processo de ocupação, datado do século XVII, foi e vem sendo realizado com a ação nefasta do homem. De acordo com Reis (1982, p.172) os portugueses de Lisboa expediam ordens com o objetivo de defender a natureza no seu potencial florestal e sua riqueza animal, as quais nunca foram cumpridas e obedecidas. O exemplo dos quelônios é citado, afirmando que

[...] só no ano de 1719, para as 192.000 libras de manteiga de tartaruga exportada pela Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, foi necessário exterminar 24 milhões de tartarugas!!!

Nos anos 60 as indústrias já eram condenadas pela degradação do meio ambiente. Anos depois a destruição ambiental não diminuiu, mas tem se espalhado cada vez mais por todo o mundo.

O quadro apresentado torna-se ainda mais angustiante quando pensamos no que vai acontecer no mundo que queremos deixar para as futuras gerações, pois apesar de estar regido por lei, a qualidade ambiental caminhando juntamente com o crescimento econômico, tem piorado de forma expressiva. Isso ao arripio da Lei 6.938/81, em seu Artigo 2 que estabelece: “A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.” Assim, não há milagre que recupere os danos causados pela fome de desenvolvimento. (MENEGHETTI, 2014)

Conforme evidenciado no item anterior as duas últimas décadas têm papel relevante na discussão em torno da questão ambiental, tanto no que diz respeito ao debate teórico, como no processo de tomada de decisão em várias partes do mundo, ganhando força nas discussões a nível internacional.

A esse respeito podemos citar o exemplo da Organização das Nações Unidas, uma organização internacional, que promoveu em setembro de 2000 a Assembleia do Milênio, a reunião de chefes de Estado e de governo que resultou na formulação de um documento que consolidou várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 90, dentre elas a Rio 92. Esse evento estabeleceu um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo – os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – os quais devem ser adotados pelos estados membros das Nações Unidas, e dentre os quais a discussão em torno da questão ambiental está presente entre seus vários eixos estruturantes:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
  2. Atingir o ensino básico universal;
  3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
  4. Reduzir a mortalidade infantil;
  5. Melhorar a saúde materna;
  6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
  7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
-

## 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Benaion (2006) assevera que a degradação da camada de ozônio, o aumento o efeito estufa, a ameaça de extinção de inúmeras espécies animais e vegetais, a contaminação dos mares, oceanos e área costeiras e a deterioração ambiental estão intimamente ligados à condição de subdesenvolvimento e pobreza em que vivem três quartos da população mundial, considerando, como resultante desse processo, a ação dos países ricos em relação aos países pobres. O autor cita a dívida ecológica dos países ricos para com os países pobres, a qual prossegue e mantém um círculo vicioso entre subdesenvolvimento, pobreza e degradação ambiental.

A relação conflituosa entre economia e ambientalismo está inserida no debate contemporâneo entre as políticas econômicas radicais e reformistas. Os reformistas neoliberais partilham da ideia de que a proteção ambiental é um impedimento ao crescimento econômico. Em contraponto estão os que concebem a combinação entre o crescimento econômico e a proteção ambiental, desde que se reconheça a dificuldade em conciliar economia e ecologia, acreditando na possibilidade de reverter o processo de degradação ambiental dentro do próprio sistema que a criou.

Nos princípios dessa economia ecológica são fundamentais novas formas de produção mais limpas, gestão ambiental dos recursos, avaliação do impacto ecológico, o futuro desenvolvimento e as medidas regulatórias flexíveis.

Entretanto, faz-se necessário destacar que estamos sob os ditames de uma economia globalizada e é preciso considerar que, com a globalização, os modelos dominantes de desenvolvimento econômico e tecnológico são impostos pelos países ricos, e estes modelos são aplicados nos países pobres através dos acordos internacionais de instituições como o FMI e o Banco Mundial. Ou seja, devido ao processo de globalização da economia capitalista, os países desenvolvidos e com indústrias avançadas possuem a hegemonia dos mecanismos de desenvolvimento econômico e de reforma ecológica e impõe aos países menos desenvolvidos o seu modelo de desenvolvimento econômico e “sustentável”.

Tomando por base a teoria do modelo modernizante de sustentabilidade em que a degradação ambiental é decorrente da produção industrial e de outras características inerentes às economias industriais contemporâneas, a solução, aponhada por Benaion (2006, p.137), para os atuais e futuros problemas econômicos,

sociais e ambientais da sociedade passam pela:

[...] busca de novas tecnologias que usem energia limpa e renovável e técnicas de exploração dos recursos naturais que favoreçam, preservem e recuperem o meio ambiente, despoluindo rios, desenvolvendo sistemas de transportes mais eficientes e menos poluentes e que contribuam, sobretudo, para a redução do desemprego, para o aumento da renda nacional e da inclusão social.

Reis (1982) também assevera que a industrialização do mundo está ligada ao da produção de matérias-primas e conseqüentemente a degradação ambiental, onde as principais potências mundiais compraram e colheram os recursos essenciais à movimentação de seus parques fabris. O mesmo autor cita o relatório intitulado *Recursos para Liberdade*, o qual refere-se a necessidade *gigantesca* dos Estados Unidos no consumo de matéria-prima, depois de 1959.

Diante desse contexto, as soluções citadas por Benaion (2006) teriam que amoldar-se às restrições determinadas pelo mercado globalizado e pela desregulamentação governamental, reduzindo, dessa forma, a compatibilidade entre o crescimento econômico e a proteção ambiental e minimizando a eficácia das políticas e tecnologias adotadas, uma vez que foi a própria racionalidade econômica dominante, através de seus recursos científicos e tecnológicos, que causaram o processo de degradação ambiental.

A superação dessas contradições deve passar, necessariamente, pela mudança nos valores humanos e, principalmente nas estruturas sociais que exigem mudanças profundas e sistemáticas, com transformações profundas nos modelos de produção e consumo (BENAION, 2006).

Sob esse aspecto é importante mencionar novamente a contribuição ímpar da teoria sobre o ecodesenvolvimento, formulada por Sachs (1997), o qual propunha uma alternativa à concepção clássica de desenvolvimento com a articulação da educação, da participação social, da preservação dos recursos naturais e da satisfação das necessidades básicas, tendo a percepção de que os problemas ambientais estão na interdependência entre o modelo dominante de desenvolvimento e o meio ambiente.

Benaion (2006) também contribui na formulação de um ambientalismo de novo tipo, que rompa com o que está posto, propondo o autodesenvolvimento,

---

como um processo de mudança que deve ser realizado em consonância com as necessidades das gerações atuais e futuras, levando em conta a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional. Tal projeto de desenvolvimento deve priorizar, dentre outras coisas, a organização da economia no sentido de atender prioritariamente os mercados local e regional e as necessidades básicas da população, tornando a região mais autônoma e autossuficiente, levando em conta as características socioeconômicas de cada lugar.

Nesse particular, faz-se importante a contribuição de Reis (1982), quando cita o caso da Amazônia, reconhecendo a necessidade fundamental de conhecê-la em seus aspectos físicos, humanos e econômicos, compreendendo-a nas suas particularidades e nas suas possibilidades presentes e futuras para, então, bem propô-la.

Quanto a participação social, fundamental na proposição de um projeto de desenvolvimento local, que também está presente na proposta de Sachs (1997), Reis (1982, p. 213) fala sobre o modo como essa participação deve ser conduzida: “Que essa participação, todavia, seja conduzida por nós, de acordo com nossos desejos, sem afetar o exercício de nossa soberania, sem perturbar nossas características étnicas e culturais”.

Entretanto o que presenciamos a todo instante é um desrespeito as singularidades regionais, com projetos desenvolvimentistas que visam o crescimento econômico, mas que não consideram os aspectos sociais, culturais, etc. Quanto a isso podemos citar o exemplo do planejamento e construção da cidade de Manaus, retratada na *Ilusão do Fausto*, nos anos de 1890 a 1920, que para atender a demanda do capital internacional, foram cometidas diversas atrocidades. “Em nome do progresso, da modernidade e da funcionalidade, aterraram-se igarapés e com eles antigos costumes do povo” (DIAS, 2007, p.50)

## Considerações finais

Verifica-se que mesmo com todo o avanço das discussões ambientais a nível internacional, as ações e propostas colocadas em práticas até hoje foram insuficientes para conter a degradação ambiental e social, uma vez que os interesses do capital no âmbito do processo de globalização da economia, ainda se mostram primordiais em detrimento dos aspectos sociais e ambientais.

Uma notícia vinculada à Rede UOL em maio de 2007, com relação ao aumento da dicotomia social na Ásia, mesmo com a expansão do crescimento econômico revela que:

O notável crescimento econômico registrado em 2006 na Ásia e na Oceania beneficiou somente uma parte da população e não diminuiu as desigualdades, afirma a Anistia Internacional (AI) em seu relatório anual, apresentado hoje em Londres. [...]

O relatório ressalta que a região foi fortemente afetada pela globalização e que “taxas invejáveis de crescimento econômico” foram alcançadas, em particular pelos dois gigantes asiáticos, China e Índia, apesar de persistirem grandes disparidades entre a renda, ou nível de vida geral, dos diferentes setores da população.

[...]O desenvolvimento econômico era promissor, mas não melhorou a vida do grande número de pessoas que estavam marginalizados ou sofriam discriminação, como mulheres e minorias étnicas, pois as estruturas de desigualdade subjacentes estavam profundamente enraizadas [...] (UOL, 2007).

Eriksson (1997) alerta que para funcionar de maneira sustentável, a sociedade global terá que encaminhar-se para uma situação de recursos mais equitativa, tanto por razões éticas como por razões de estabilidade social e que o princípio sociológico de uso de recursos na sociedade deve ser eficiente e justo no que se refere à satisfação das necessidades humanas.

Tal princípio mostra que a sustentabilidade conduz da esfera dos requisitos físicos à exigência de que a sociedade global seja uma sociedade justa e de acordo com Ericksson isso tem implicações éticas: uma ética global da sustentabilidade.

Entretanto, todo este sistema pautado no capitalismo explorador nos encami-

nhou para a real situação em que nos encontramos hoje. A transformação dessa situação em que a educação, a participação social, a preservação dos recursos naturais e a satisfação das necessidades básicas sejam consideradas, requer uma série de mudanças na forma de produzir e na própria organização social, acompanhada também de mudanças na base cultural e de valores, sendo necessário, para tanto, a participação da comunidade na tomada de decisões e determinações de políticas urbanas.

Assim, uma educação ampla e permanente, uma ampla participação nas decisões e uma responsabilidade e coerência social são peças valiosas na transição para uma sociedade sustentável.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em Dezembro de 2015.

## Referências

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 (pp. 17-39).

BENAION, Noval. **A subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

DIAS, Ednea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890–1920**. Manaus: Valer, 2ª edição, 2007.

JACKSON, Tim. **Prosperidade sem Crescimento: vida boa em um planeta finito**. São Paulo: Planeta Sustentável; Ed. Abril, 2013.

ERIKSSON, Karl-Erik. **Ciência para o desenvolvimento sustentável**. In: Clóvis Cavalcanti (Org.) *Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas* - São Paulo: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

MENEGHETTI, Emanuelle Aline da Silva. **Desenvolvimento Econômico X Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/57009/desenvolvimento-economico-x-meio-ambiente#!1#ixzz3ge3d4OJL>> Acesso em 22 jul. 2015

MENDES, Marina Ceccato. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <[http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt2.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html)>. Acesso em: 23 abr. 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial/ Editora da Unicamp, 2002.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Editora Civilização Brasileira, 5ª edição, 1982.

SACHS. Ignacy. **Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível?** Estudos Avançados. São Paulo, v.11, n.30, mai/ago 1997.

UOL. **Relatório da AI diz que crescimento econômico da Ásia beneficiou poucos.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/05/23/ult1766u21837.jhtm>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

## DISCURSOS E PRÁTICAS EM TORNO DA QUESTÃO AMBIENTAL NO CAPITALISMO

Gisele Oliveira Alcantara<sup>1</sup>

Janete Luzia Leite<sup>2</sup>

### RESUMO

Os impactos ao meio ambiente provocados pelo avanço do capitalismo levaram à eclosão de organizações ambientalistas, com direções político- sociais distintas diante do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este texto objetiva captar as convergências e divergências existentes entre as diferenciadas correntes ambientalistas, tendo em vista compreender a origem e a finalidade que circunscrevem o surgimento e o evoluir da Responsabilidade Socioambiental (RSA). Adotamos a categoria marxiana da totalidade como orientação teórica e o método dialético como caminho metodológico para a superação da imediaticidade dos discursos e práticas presentes na RSA. Demonstramos que o processo de conformação dos conceitos e discursos em torno do desenvolvimento sustentável se consubstancia na trajetória de apropriação, pelo capital, de um movimento que nasceu como questionamento ao modelo capitalista e concluímos que a RSA passou a ser justificadora desse mesmo processo produtivo, mascarado na pele do “capitalismo verde e social”, com medidas paliativas, que tiram de cena as verdadeiras razões das questões ambientais e sociais.

**Palavras-chave:** Correntes de pensamento ambientalista; Responsabilidade Socioambiental; Capitalismo.

---

1 Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFRJ.

---

## ABSTRACT

The impacts to the environment caused by Capitalism advance led to an outbreak of environmental organizations, with different political-social directions in front of the development of the capitalist production mode. This paper aims to notice the convergences and divergences among the different environmentalist currents, considering understanding the origin and the purpose that limits the appearance and the evolving of the Social-Environmental Responsibility (RSA). We adopted the Marxian category of totality as theoretical orientation and the dialectical method as methodological way to surpass the immediate speeches and practices presents in the RSA. We will demonstrate that the concepts configuration process and speeches about the sustainable development it is substantiated in the appropriation trajectory, by the capital, of a movement that was born as a questioning to capitalist model and we concluded that the RSA passed to be a justifier of this productive process, masked in the “green and social capitalism” skin, with palliative measures, which took out from the scene the true reasons of social and environmental issues.

**Keywords:** Environmentalist thinking current; Social-Environmental Responsibility; Capitalism.

## Introdução

A forma de relação do homem com a natureza configura contornos diferentes em cada época e lugar, apoiada por variados valores e concepções.

Cada modo de produção forja uma maneira particular de relação do homem com a natureza e a particularidade do capitalismo sustenta-se por uma produção ilimitada, voltada para o lucro, e não para a satisfação das necessidades humanas.

O avanço do capitalismo provocou impactos ao meio ambiente que despertaram na sociedade a preocupação com a preservação da natureza, inicialmente de maneira romântica e despolitizada.

Todavia, as diversas transformações operadas na dinâmica do capitalismo, a ocorrência de acidentes industriais ampliados, e a iminência de uma guerra nuclear estimularam uma visão mais crítica sobre o modelo de desenvolvimento adotado no capitalismo e com suas repercussões para o meio ambiente e para as pessoas. Houve, então, a eclosão de uma pluralidade de pensamentos e organizações ambientalistas, com direções político-sociais distintas em torno das formas de proteção ambiental concomitante ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

É mister esclarecer que os movimentos ambientalistas ou ecológicos mantêm pensamentos e ações diferenciados, tendo surgido em lugares e tempos diferentes e, em geral, por motivos diversos. São frutos de questões locais que levaram as pessoas a compreenderem os efeitos mais imediatos da poluição, da caça ou da perda das florestas, impulsionando os indivíduos a formarem grupos que deram origem a coalizões, que se transformaram em movimentos nacionais e internacionais. O progresso da pesquisa científica, o crescimento da mobilidade populacional e pessoal, a intensificação da indústria, mudanças mais amplas nas relações econômicas e sociais, exerceram níveis variados de influência para a emergência de problemáticas que extrapolam largamente a área das Ciências da Terra, impactando medularmente as disciplinas relacionadas ao Social.

Este texto objetiva captar as convergências e divergências existentes entre as diferenciadas correntes ambientais, tendo em vista compreender a origem e a finalidade que estão implícitos nos discursos e práticas atuais em torno da proteção ambiental.

---

O desenvolvimento deste estudo adotará a categoria marxiana da totalidade como orientação teórica, partindo do pressuposto de que a atual fase capitalista resulta da interação das diversas determinações que nela se desenvolveram, contendo traços do passado e do presente que se combinam e interagem, constituindo um complexo que também se configura nas práticas e discursos em torno da Responsabilidade Socioambiental (RSA).

Como metodologia, a aplicação do método dialético ao estudo da vida social permite captar a historicidade no interior mesmo do objeto estudado, com a intenção de compreender as condições que determinam os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas potencialidades e particularidades (PONTES, 2007).

O método dialético expressa um caminho metodológico para a superação da imediaticidade do real a partir de aproximações sucessivas por meio da mediação, que se traduz no movimento do pensamento no que diz respeito a articulação entre as categorias ou entre níveis de conhecimento com complexidades diferentes.

Seguindo tal orientação metodológica, os discursos e práticas em torno da RSA funcionam como uma mediação entre traços passados das correntes ambientais surgidas no século XIX, suas inflexões e renovações a partir dos movimentos socioambientais do Novo Ecologismo dos anos 1960 e 1970, e a nova configuração que o capitalismo outorga às preocupações com o meio ambiente na atualidade.

Tal perspectiva remete a olhar para Responsabilidade Socioambiental de forma crítica, examinando os objetivos e interesses que estão por trás do marketing e do modismo em se defender que as bases para um futuro comum sustentável estão na satisfação das necessidades das gerações presentes, sem comprometer as gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. O que vem escamotear a manutenção de um modo de produção pautado na exploração do homem e da natureza.

## I. As correntes ambientalistas

Ao longo do século XX ocorreram várias mudanças, dentre as quais se destacam o crescimento da população mundial (acompanhado da urbanização cada vez mais crescente), o avanço da mundialização do capital<sup>3</sup> e o crescimento da economia.

No entanto, até início do século XIX havia, na Europa, uma valorização da apropriação, exploração e domesticação da natureza, sem nenhum questionamento quanto aos impactos socioambientais causados por estas atividades<sup>4</sup>.

Com o avanço da industrialização e a aceleração da urbanização, a vida nas cidades, antes valorizada, passou a ser criticada pela poluição do ar que o ambiente fabril provocava (DIEGUES, 2002). Esse cenário impulsionou o aparecimento de correntes de proteção à natureza, da vida selvagem e dos animais. Todavia, estas não traziam uma crítica à estrutura do modo de produção<sup>5</sup>, mas ecoavam o tom de defesa do meio ambiente no âmbito do desenvolvimento econômico em curso, partindo de uma visão romântica da natureza, como se esta fosse o paraíso perdido. Somente a partir da segunda metade do século XIX gestou-se um movimento mais conciso de preocupação com a natureza, com a criação dos primeiros grupos dos protecionistas, dos preservacionistas e dos conservacionistas.

---

3 Chesnais (2000) faz uma crítica ao termo globalização, entendendo-o como propagador da ideologia dominante, encoberta sob o discurso da unificação dos povos e das nações, que acaba por naturalizar e ocultar as desigualdades sociais – tese com a qual concordamos.

4 Os conflitos pelo meio ambiente são anteriores à conscientização ecológica dos ambientalistas ativistas, em decorrência de variados incidentes e acidentes ocorridos, como as lutas dos trabalhadores nas fábricas de carvão, mobilizando a atenção pública para a contaminação por dióxido de enxofre advinda da fumaça das chaminés – vista a olhos nus, o que levou as fábricas da Alemanha, já em 1890, a construir chaminés cada vez mais altas, a fim de disseminar a poluição e dificultar a identificação de sua origem (ALIER 2004).

5 Segundo Alier (2004), o ambientalismo ou ecologismo eclode como reação ao crescimento econômico. Contudo, nem todos os ambientalistas se opuseram a este crescimento; antes, até o apoiaram, sob uma visão utilitarista, segundo a qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela tecnologia.

---

As correntes preservacionistas e conservacionistas constituíam-se nas duas propostas de proteção ambiental predominantes nos Estados Unidos (EUA) no século XIX, propagando-se para o mundo inteiro.

Os protecionistas surgiram na Europa em 1860, a partir da intensificação da indústria e da agricultura, levando a Inglaterra a adotar uma política de proteção face à extinção de algumas espécies animais. A corrente protecionista volta-se para os problemas de proteção e defesa da vida animal e da vida selvagem. Nas colônias europeias daquela época, como a América do Norte, Austrália e África do Sul, a proteção e a conservação surgiram como uma forma de controle político e administrativo da metrópole, que não mais permitia a exploração irrestrita dos recursos naturais (SOUZA, 2008).

Os ideais do movimento preservacionista, sob uma visão ecocêntrica, defendiam que determinadas áreas fossem preservadas de qualquer utilização que não fosse recreativa ou educacional, tendo por objetivo a manutenção de uma natureza estética (DIEGUES, 2002; COMIN VARGAS, 1998). Nessa direção, foram criados parques públicos – chamados *Wilderness* (vida natural/selvagem) nos EUA – em grandes áreas de preservação não habitadas (em geral, decorrentes do extermínio de índios pela expansão do capitalismo estadunidense), destinados às populações urbanas como locais de recreação para alívio da tensão causada pela urbanização crescente.

Já o surgimento da corrente conservacionista ocorreu por volta de 1890, quando a modernização da agricultura estadunidense e a expansão industrial evidenciaram os seus custos sociais e ambientais, o que resultou na preocupação crescente com a proteção ambiental (DIEGUES, 2002).

Ao contrário das ideias de preservação das florestas por meio de parques, os conservacionistas propugnavam a existência ilimitada dos recursos naturais (que imperou durante todo o século XIX), e defendiam que o manejo dos recursos naturais podia acelerar o processo natural de sua reprodução e torná-los mais eficientes. A corrente conservacionista baseava-se em uma visão antropocêntrica, segundo a qual o progresso significava o crescimento e a conquista da natureza. (COMIN VARGAS, *Op. cit.*).

Esta corrente buscava a redução dos resíduos e a eficiência na exploração e consumo dos recursos naturais, visando assegurar a produção máxima. Seus três

princípios fundamentais balizaram as ideias do desenvolvimento sustentável: “o uso dos recursos naturais pela geração presente; a preservação do desperdício; e o uso dos recursos naturais para a maioria dos cidadãos” (DIEGUES, 2002, p. 29). As ideias conservacionistas frequentemente foram divulgadas em um tom de moralidade, mantendo-se contrárias aos interesses dos monopólios e defendendo a livre concorrência frente a um cenário de expansão do capitalismo concorrencial no século XIX.

No período que Hobsbawm (1995) chamou de a Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois do final da 2ª Guerra Mundial –, os movimentos protecionista, preservacionista e conservacionista não tiveram tanta repercussão e visibilidade devido ao cenário de devastação dos países, cuja atenção estava voltada para a defesa de seus territórios e para o confronto armado.

Na primeira metade do século XX, o crescimento populacional nos Estados Unidos resultou na intensa ocupação territorial, adensando as preocupações com a proteção ambiental em torno da eficiência quanto ao uso dos recursos e da beleza dos ambientes para suprir as tensões das áreas urbanas. Tais preocupações refletiam, respectivamente, as ideias conservacionistas e preservacionistas.

O lapso temporal entre o término da 2ª Guerra Mundial e o início dos anos 1970 se caracterizou por um crescimento explosivo da economia mundial, com pleno desenvolvimento de novas tecnologias, sobre as quais o homem não tinha muito domínio e nem a previsibilidade das possibilidades da ocorrência de catástrofes.

O setor de mineração marcou a época pelos inúmeros acidentes que ocasionou. Além disso, o crescimento da exploração do petróleo no mundo veio acompanhado de alguns desastres envolvendo sua operação e transporte (PORTO & FREITAS, 2006).

Os citados acidentes, ao lado de muitos outros, marcaram a década de 1960 pela ocorrência de calamidades ambientais, as quais foram divulgadas pela mídia, aumentando a sensibilidade pública para os prejuízos causados pela ação do homem ao meio ambiente e para a maior compreensão das implicações da poluição (McCORMICK, 1992). Nesse mesmo período, a discussão sobre a previsão do esgotamento dos recursos naturais, da guerra nuclear e da superpopulação provocaram uma tensão sobre o futuro da humanidade.

A degradação ambiental passou a ser mais evidente, provocando o aparecimento de um “novo ecologismo”<sup>6</sup> nos anos 1960, como movimento de crítica à sociedade tecnológico-industrial, fosse ela capitalista ou socialista.

O movimento emergente tinha um cunho político, defendendo que a degradação e a catástrofe ambiental somente poderiam ser evitadas frente a uma mudança radical nos valores e instituições das sociedades industriais. Não se tratava de uma organização homogênea, mas representava um conjunto de organizações e indivíduos com motivações e tendências variadas.

O *novo ecologismo* nasceu, assim, como uma bandeira de luta no cerne das reivindicações estudantis, nos EUA e na Europa, pois os avanços científicos da biologia e demais áreas ligadas ao meio ambiente, assim como acontecimentos sociais e políticos intensificaram o ativismo público da época em torno dos direitos das minorias, do antimilitarismo, do movimento negro e da massa de estudantes dos países desindustrializados, entre outras questões, com destaque para a resistência ao desenvolvimento da energia nuclear, vinculada à preocupação sobre os perigos da radiação relacionada com a sua utilização militar e civil (McCORMICK, 1992; COMIN VARGAS, 1998; DIEGUES, 2002; ALIER, 2004).

O novo ecologismo se diferencia dos movimentos anteriores por sua dinamicidade, por centrar-se na humanidade e em seus ambientes, distanciando-se tanto das visões ecocêntricas e morais, em que o centro da preocupação era o ambiente não humano, quanto das concepções utilitaristas em defesa do uso racional dos recursos naturais (McCORMICK, *Op. cit.*).

O ecologismo dos Estados Unidos teve a influência das inspirações *hippies* de contracultura da década de 1970, que responsabilizavam a tecnologia da modernidade pela crise do meio ambiente, a exemplo do uso de pesticidas e da questão populacional. A França também foi influenciada pelo movimento *hippie*, com a defesa da criação de ilhas ideais com práticas ecologicamente sadias, baseadas no modelo das comunidades da Califórnia. Esse movimento defendia uma espécie de retorno às comunidades rurais e aos modelos das sociedades primitivas como

---

6 Alguns autores, como McCormick (1992), denominam o referido movimento de *novo ambientalismo*.

solução para os problemas ecológicos (DIEGUES, *Op. cit.*; ALIER, *Op. cit.*)<sup>7</sup>.

No mesmo período, os movimentos ecológicos existentes se unificaram em torno da contraposição aos riscos inerentes às centrais nucleares e à contaminação química, mas, logo em seguida, separaram-se pela emergência de diversos segmentos ambientalistas que possuíam uma visão própria sobre a natureza e suas formas de apropriação pelo homem.

Essas diferentes concepções são tratadas por Diegues (2002) a partir das características das principais escolas do pensamento ecológico vigentes na atualidade: a Ecologia Profunda, a Ecologia Social, e o Ecosocialismo/Marxismo.

A escola da *Ecologia Profunda* – herdeira do preservacionismo do século XIX – teve início na Noruega, em 1972, buscando ultrapassar a ecologia como simples ciência e alcançar um nível mais profundo de consciência ecológica, uma vez que defende a preservação da natureza por ela própria, independente de reserva de áreas protegidas. Segundo Comin Vargas (1998), as principais críticas a esta corrente devem-se ao fato de esta ignorar que os problemas ecológicos possuem origem social.

Para os *Ecologistas Sociais*, não foi a tecnologia que criou os problemas ambientais existentes; apenas os ampliou. A causa da degradação ambiental decorre do sistema capitalista, baseado na competição, e não nas necessidades dos seres humanos, divididos em grupos diferenciados: pobres e ricos; jovens e velhos; negros e brancos. Considerados anarquistas utópicos, propõem a construção de uma sociedade democrática baseada na propriedade comum e descentralizada, sem Estado e instituições hierárquicas, e com a utilização das tecnologias sempre a serviço do homem (DIEGUES, *Op. cit.*). Essa escola segue uma visão ecocêntrica, defendendo a integridade da biosfera como um fim em si mesmo.

---

7 No Brasil, ao lado dos movimentos ambientais de cunho mais urbano, estavam presentes, na década de 1960 e 1970, os movimentos dos seringueiros e demais trabalhadores extrativistas que convivem e dependem dos frutos da natureza, mas têm sua sobrevivência afetada por grileiros, pelas madeireiras e pelo agro e hidronegócio. Povos estes que, ao lado de outros setores populacionais, adoecem em função da exposição a substâncias perigosas têm em comum o fato de serem vítimas de um modelo de desenvolvimento econômico marcado pela injustiça ambiental e social (PORTO & FREITAS, 2006).

Já o *Ecosocialismo/Marxismo* nasceu nos anos 1960, relacionado ao movimento de crítica interna do marxismo clássico em suas concepções sobre o mundo natural, uma vez que, segundo seus idealizadores, Marx apenas considerava a ação transformadora do homem no processo de trabalho, subjugando a natureza a uma posição estática, considerando-a como componente da força produtiva, que deveria ser desenvolvida ilimitadamente<sup>8</sup>. Dentre os autores que partilham essa ideia destacam-se Hobsbawm, Gulteman, Skibberg e Moscovici.

Segundo Herculano (2006), o Ecosocialismo/Marxismo ou Ecologismo dos Pobres (nos termos de Alier, 2004) concebe que os conflitos socioambientais derivam da estrutura da economia capitalista contemporânea, cuja lógica do crescimento a todo custo se contrapõe à preservação do meio ambiente e formas de vida social não capitalistas, mas que acabam sendo incorporadas às áreas de expansão em produção, como é o caso das aldeias indígenas.

Para essa corrente, há um conflito inerente entre economia e ecologia, à medida que há riqueza acumulada e desenvolvimento tecnológico, em contraste com a disseminação da pobreza e da degradação ambiental que os acompanham. O fim

8 É preciso considerar que Marx foi contemporâneo de uma época do modo de produção capitalista em que a questão ambiental ainda não se conformava como problemática mundial, restringindo-se apenas a alguns grandes centros industriais. Para Marx, a natureza deveria beneficiar a humanidade de maneira coletiva, mas isso não significa que seus escritos possuíssem uma defesa ecológica (WALDMAN, 2002), apesar de a sua formulação de metabolismo social se referir a troca material dinâmica e complexa entre a sociedade e a natureza a partir da mediação do trabalho humano. Desta forma, Marx considerava tanto as condições impostas pela natureza quanto a capacidade de os homens interferirem naquela, afirmando que ao transformar a natureza por meio do trabalho, o homem a modifica e transforma a si mesmo (FOLADORI, 2001). Para Foster (2005), Marx e Engels viam a superação da contradição entre cidade e campo como condição de superação da alienação da humanidade em relação à natureza, na medida em que tal cisão ocorre com o desenvolvimento do capitalismo, que separa os homens de seus meios de vida. Foladori (*Op. cit.*), Foster (*Op. cit.*) e Chesnais & Serfati (2003) chamam atenção, ainda, para a discussão relacionada à questão da renda do solo enunciada por Marx, reconhecida como fundamental para as análises sobre o meio ambiente, pois servem para explicar que as consequências ambientais atuais no quadro da economia mundializada e sob a hegemonia do capital financeiro estavam presentes desde os fundamentos da propriedade privada no capitalismo.

do sistema capitalista seria a solução para tal conflito, e as lutas socioambientais são o instrumento de construção de uma outra sociedade em uma perspectiva ecossocialista.

Embora o ecossocialismo não seja somente marxista, tem no marxismo sua base, pois analisa a apropriação dos recursos naturais e o confronto de seu valor de uso e seu valor de troca por meio da luta desigual entre capitalistas e as demais populações, como indígenas, camponeses e extrativistas. Ademais, essa corrente considera também a distribuição espacial desigual dos impactos ao meio ambiente urbano e da pobreza das periferias.

## **2. A refuncionalização do discurso ambiental pelo capitalismo**

No marco do imperialismo, a busca pelo crescimento é uma constante no discurso das instituições políticas e econômicas dominantes e embriaga os países dependentes no afã dessa empreitada, que é vista como a solução de todos os problemas mundiais.

A questão ambiental somente se torna problemática para o capital quando impede ou cria obstáculos às formas de apropriação da natureza historicamente realizadas no modo de produção capitalista (ALCANTARA & LEITE, 2011).

O crescimento econômico, apesar de ser propalado pelos discursos governamentais como a saída para os problemas, vem demonstrando ser a fonte destes, derivando em crises, limites financeiros e barreiras ecológicas.

Esses limites se estabelecem como um ponto de atenção que nem sempre é considerado pelos teóricos neoclássicos do capitalismo. Antes, observa-se o capital revertendo os entraves derivados da escassez de recursos naturais, da produção dos resíduos industriais, da obsolescência programada das mercadorias e da degradação do meio ambiente em benefício da acumulação privada, como elementos de valorização do capital.

O capitalismo se reestruturou, não obstante os questionamentos e pressões sociais frente a sua forma predatória de exploração da natureza e do homem, utilizando as demandas acerca das questões ambientais e sociais para redirecionar seus rumos e garantir sua legitimidade e continuidade como modo de produção

---

dominante.

Atualmente, as instituições capitalistas estão se apropriando das bandeiras de luta e reivindicação em torno da preservação do meio ambiente, assumindo o discurso da “Responsabilidade Socioambiental” como estratégia ideológica de manipulação da opinião pública para a manutenção da ordem capitalista sem maiores questionamentos, desvencilhando-se da necessidade de alterar as formas estruturais do modelo de dominação vigente na sociedade.

Nos anos 1970, tragédias como o vazamento de petróleo na costa da França e a mortandade de peixes na Suécia impulsionaram as preocupações internacionais em relação ao cenário ambiental da época (VASCONCELLOS, 2007), o que culminou na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972.

Em 1973 o canadense Maurice Strong propôs o conceito de *ecodesenvolvimento* como uma concepção alternativa de política por meio da utilização prudente dos recursos naturais, da defesa da diversidade étnica e da biodiversidade locais de cada região com a participação da população envolvida (LEFF, 2006; ANDRADE, 2000). Esta concepção inicialmente destinava-se às regiões empobrecidas da América Latina, Ásia e África, relacionando subdesenvolvimento e superdesenvolvimento. Apesar de ter uma “sobrevida” relativamente curta nas discussões mundiais, serviu de base para a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável elaborado na década seguinte.

O princípio da sustentabilidade, reconhecendo a natureza como condição e potencial para o processo produtivo, recebe sustentação em 1987, quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou, por solicitação do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Relatório *Nosso Futuro Comum*, também chamado *Relatório Brundtland*, que conceituou o desenvolvimento sustentável como “[aquele] que preenche as necessidades do presente, sem comprometer a habilidade das gerações futuras de preencherem suas próprias necessidades” (ONU, 1988 *apud* AMARAL, 2004, p. 16).

Todavia, Andrade (*Op. cit.*) defende que o referido relatório significou uma espécie de recuo ou ecletismo diante das propostas radicais de desenvolvimento autossustentado da já citada vertente ecodesenvolvimentista e, por isso, o conceito de desenvolvimento sustentável da ONU tornou-se funcional para o discurso

e os projetos neoliberais dos setores bancários e governamentais.

A partir dos anos 1980, o discurso neoliberal apropriou-se da sustentabilidade como mecanismo para escamotear as causas econômicas dos problemas ecológicos. Dessa maneira, a sustentabilidade erige-se a partir da defesa do controle da natureza pelo capital para a sua preservação, encobrindo o fato de a degradação ambiental também se colocar como limite ao crescimento econômico.

O centro dos debates sociais, em nível local e internacional, passou a ser a sustentabilidade a ser alcançada a qualquer custo, com a assunção dos governos, da população e também da intelectualidade. Assim, “(...) colocar-se contra uma política tida como de sustentabilidade é como se colocar contra a própria vida do planeta (...)” (VASCONCELLOS, 2007, p. 134).

Há, dessa forma, uma grande confusão entre ecologia, ambientalismo e outros movimentos ambientalistas, com a concentração das atenções para o meio-ambiente externo ao processo produtivo e, conseqüentemente, com a subordinação e secundarização da discussão sobre o trabalho e os modelos produtivos e de organização econômico-social, despolitizando os debates e diminuindo as pressões sobre o capital. Na prática, o tônus da questão traduz-se pela premissa de que somente o meio ambiente deve ser alterado, assegurando a invariabilidade do processo capitalista.

Esse cenário conduz à construção de alternativas para assegurar o processo de reprodução capitalista por meio da implantação de novas formas de organização do trabalho, a exemplo da adoção de novas tecnologias, novos materiais e de formas de cooperação entre o trabalho na reciclagem de produtos industrializados, com a refuncionalização do consumo da força de trabalho (a exemplo dos catadores de lixo incorporados ao processo de reciclagem do lixo como trabalhadores precarizados, não reconhecidos pelas indústrias desse ramo e pelas instituições municipais como partícipes do processo de produção (MOTA *et al.*, 2004).

Para Chesnais & Serfati (2003), as crises ambientais não significam fatores centrais de crise para o capitalismo, uma vez que o mercado transforma as poluições industriais, a degradação e escassez dos recursos naturais em possibilidades de novos campos de acumulação. Assim, a degradação da natureza se tornou uma imensa fonte de lucro, transformando-se também em campo de valoração para os rendimentos das ações no mercado financeiro.

Verifica-se, atualmente, o crescimento acelerado de uma indústria do desenvolvimento sustentável. O *ecobusiness* está rendendo respostas bem promissoras para o capital, com uma lista infinita de propostas para conter ou mitigar a degradação ambiental causada pela produção: reciclagem, energia limpa, uso e reuso da água, agricultura limpa, tecnologias de reposição e reaproveitamento, lixo, biocombustíveis, embalagens etc., (VASCONCELLOS, 2007) e, mais recentemente, o mercado de carbono. A ONU, no entanto, continuou com suas estratégias de discussão internacional sobre o meio ambiente humano e promoveu a ECO-92 no Rio de Janeiro, em 1992. Com esta Conferência efetivou-se a oficialização do discurso do desenvolvimento sustentável, divulgado desde os anos 1970 (LEFF, 2006).

Na ECO-92 foi elaborada a Agenda 21, como um programa global que institucionaliza e dá legitimidade às políticas de desenvolvimento sustentável. Ficou estabelecida, também, a Convenção sobre o Clima e a Proteção da Biodiversidade, pela qual os países acordaram limites para a emissão de gás carbônico, com exceção do governo dos Estados Unidos.

A ECO-92 representou, segundo Chesnais & Serfati (2003), a assunção dos direitos do capital sobre a natureza, pois, ainda que tenha reconhecido o direito dos camponeses e das comunidades de utilizarem e conservarem os recursos naturais e genéticos, não lhes concedeu o direito de propriedade sobre esses recursos. Ao contrário; o que ficou preconizado pela OCDE é que a privatização seria o melhor caminho para a preservação da biodiversidade, que colocaria a natureza como objeto de disputa e provocaria uma corrida para sua exploração em curto prazo. Assim, as privatizações são estimuladas e defendidas, a exemplo do que vem ocorrendo com a água.

Os acordos firmados na ECO-92 foram repactuados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, em 2002, quando os propósitos neoliberais foram apregoados pelas grandes corporações empresariais, com o benefício do mercado e das ONG e o estabelecimento da hegemonia da lógica mercantil no campo ambiental.

A realização da Rio +20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, reeditou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com a discussão da mudança climática, da perda de biodiversidade, da desertificação e

do combate à fome. Contudo, mais uma vez, sem resultar em um compromisso político e econômico dos países participantes para garantir o acesso a água, energia e alimentos.

Depreende-se, por meio da trajetória descrita, que a institucionalização da questão ambiental vai perdendo seu poder transformador e mobilizador à medida que as políticas ambientais e sociais são subjugadas aos interesses mercantis.

Por todos esses processos, começou a estabelecer-se um consenso no meio empresarial sobre a importância de atender as preocupações sociais e públicas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento como estratégias para somar valor e rentabilidade aos negócios e para manter a competitividade no mercado, uma vez que os denominados ativos intangíveis, como marca e reputação, são termômetros do desempenho das empresas por parte do público de interesse (VALENZUELA, 2007). Ou seja, a atenção às questões socioambientais responde a interesses técnicos, financeiros e econômicos, e não considerar essas dimensões pode implicar em barreiras alfandegárias, em dificuldades na obtenção de crédito junto às instituições financeiras, e na falta de credibilidade junto ao público, com impacto nos resultados econômicos (MOLLE JUNIOR, 2004).

Um número crescente de investidores, diante da importância adquirida pelos temas da sustentabilidade, passou a integrar os critérios econômicos, ambientais e sociais às suas análises de mercado e tomá-los como um indicador para a gestão futura do negócio. Assim, em 1999, foi criado, pelas instituições estadunidenses Dow Jones Indexes e SAM Group, o primeiro indicador de desempenho financeiro das empresas líderes em sustentabilidade em nível global: o Dow Jones Sustainability Index World (BSCD PORTUGAL, 2008).

Atualmente, manter positivo o reconhecimento institucional, comunitário e social, repercute na valorização da marca, possibilitando o recrutamento de profissionais mais talentosos e qualificados, os quais preferem trabalhar em empresas que zelem pela qualidade de vida e direitos dos funcionários, além de atrair investimentos e garantir a disponibilidade de crédito por parte das instituições financeiras, que mantêm os critérios de responsabilidade socioambiental também como sinônimo de sustentabilidade financeira.

O marketing e o discurso empresarial, na direção apresentada, voltam-se para a criação de um aparente consenso entre as iniciativas empresariais, as ban-

deiras dos movimentos sociais e o controle público do meio ambiente, quando, na realidade, trata-se de um movimento de conversão da natureza em meio para o alcance da lucratividade, e não mais em riqueza social destinada à satisfação das necessidades humanas (MOTA *et al.*, 2004).

O discurso ideológico em torno da sustentabilidade socioambiental vem, ainda, ocultar o processo de obsolescência programada em relação aos bens de consumo duráveis, que visa encurtar deliberadamente a vida útil dos produtos, tendo em vista possibilitar o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no “redemoinho da circulação acelerada” (MÉSZÁROS, 1989, p. 43).

Concomitantemente, verifica-se a extinção de variadas formas de habilidades e de serviços de manutenção, tendo em vista compelir a compra de dispendiosos produtos que poderiam ser facilmente consertados (MÉSZÁROS, 1989). Nessa direção, observa-se a continuidade de um consumo acelerado, o que é totalmente incompatível com qualquer forma de preservação da natureza.

O discurso ideologizante da sustentabilidade sociambiental, dessa forma, escamoteia o aprofundamento da exploração do trabalho e das desigualdades sociais processadas no cerne da financeirização do capitalismo em sua versão mundializada. Assim, tornam opacas no plano do imediato a luta de classes e a disputa em torno de projetos societários diferenciados pelos interesses do capital e do trabalho.

## Considerações finais

Conhecer o percurso histórico das correntes ambientalistas é essencial para situar a problemática ambiental no espaço e no tempo, possibilitando identificar nas discussões socioambientais atuais alguns traços e ideias que surgiram de movimentos sociais e ambientais do passado. Este movimento possibilita, ainda, observar avanços e retrocessos no âmbito político-ideológico que permeiam a política ambiental e de desenvolvimento econômico na atualidade, tanto no mundo quanto no Brasil.

Este texto demonstrou o processo de conformação dos conceitos e discursos em torno do desenvolvimento sustentável e a trajetória de apropriação, pelo capital, de um movimento que nasceu como questionamento ao modelo capitalista, mas passou a ser justificador desse mesmo processo produtivo, com medidas paliativas e que tiram de cena as verdadeiras razões das questões ambientais e sociais.

Há que se considerar que os interesses financeiros e econômicos exercem um fortíssimo poder de influência sobre todas as demais arenas sociais, impondo-se sobre as possibilidades de avanços no campo social e ambiental, ao limitar ou enfraquecer as forças políticas e instituições que poderiam fazer frente aos impactos socioambientais. Dessa maneira, sob os discursos e práticas da Responsabilidade Socioambiental, a lógica do mercado impera sobre todas as questões cotidianas, apropriando-se e refuncionalizando as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais.

Recebido em julho de 2015

Aprovado em dezembro de 2015.

## Referências

- ALCANTARA, G. O & LEITE, J.L. A Responsabilidade Socioambiental como espaço de atuação profissional para o Serviço Social. In: **Revista Debate & Sociedade**. v 1, p 95-110. ISSN 2237-3276. 2011.
- ALIER, J.M. Correntes del ecologismo. *In: El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria Editorial, 2004. p. 15-32.
- AMARAL, S.P. **Sustentabilidade Ambiental, social e econômica nas empresas: como entender, medir e relatar**. São Paulo: Totalino, 2004.
- ANDRADE, J.B.T. Desenvolvimento sustentado e meio ambiente. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04*. Brasília: NED/CEAD – Universidade de Brasília, 2000.
- BSCD PORTUGAL. Dow Jones Sustainability Indexes. Disponível em <http://www.bscdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=81&tpPage=Print>. Acesso em 28.01.2008.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. Mundialização: o capital financeiro no comando. *In: Revista Outubro*, nº 5, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.
- CHESNAIS, F. & SERFATI, C. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *In: Revista Crítica Marxista*. nº 16, São Paulo: Revan, 2003.
- COMIN VARGAS, H. População e Meio ambiente na Entrada do Terceiro Milênio: em busca de uma nova ética. *In: Anais*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998.
- DIEGUES, A.C.S. Escolas Atuais de pensamento Ecológico e a Questão das Áreas Protegidas. *In: O mito moderno da natureza Intocada*. São Paulo:

Annablume/Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002. p. 39–47.

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. *In: Critica Marxista*. nº 12. São Paulo: Revan, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. *In: Anais*. I Congresso Cearense contra o Racismo Ambiental. Fortaleza, 2006.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. O breve século XX. 1914–1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFF, H. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MOLLE JUNIOR, L. Regulamentação da Indústria do Petróleo: estudo de caso sobre a criação da Resolução CONAMA 293 – um modelo a ser adotado. **Dissertação de Mestrado** em Sistemas de Gestão. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2004. Mimeo.

MOTA, A.E. *et al.* **Capitalismo Contemporâneo e Meio Ambiente**: as indústrias de reciclagem, o trabalho de catadores de lixo e a ação do estado. *In: Anais*. XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 2004.

PONTES, R.N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a**

---

**categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

PORTO, M. F. S. & FREITAS, C. M. Análise de riscos tecnológicos ambientais: perspectivas para o campo da saúde do trabalhador. *In: Cadernos de Saúde Pública.* 13 (Supl. 2). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 59-72.

SOUZA, W.G. A Educação Ambiental e Sustentabilidade. *In: Revista Sustentabilidade,* 2008. Disponível em: [http://www.vivagreen.com.br/art\\_print.php?idproduto=10](http://www.vivagreen.com.br/art_print.php?idproduto=10). Acessado em: 27.06.2010.

VALENZUELA, J.R.L. La Responsabilidad social empresarial y México en la globalización. *In: Anais.* IX Reunión de Economía Mundial. Madri, abr. 2007.

VASCONCELLOS, L. C. F. Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma Política de Estado. **Tese de Doutorado.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. 2007.

WALDMAN, M. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002.

## PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO

Mara Cristina Ramos Quartezani<sup>1</sup>

Fabiane Santiago de Arruda<sup>2</sup>

Marcus Antonius da Costa Nunes<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal compreender a percepção ambiental dos estudantes do Curso de Engenharia Mecânica do campus São Mateus do Instituto Federal do Espírito Santo, bem como verificar a percepção quanto à abordagem de conteúdos da disciplina Ciências do Ambiente. Para o desenvolvimento da pesquisa foram aplicados questionários em sala de aula a 69 estudantes onde, 34 cursaram a disciplina Ciências do Ambiente e 35 não cursaram. Os relatos dos estudantes foram categorizados em três dimensões: categoria antropocêntrica, categoria naturalista e categoria globalizante. Os resul-

1 Vínculo Institucional: Técnica em Assuntos Educacional do Instituto Federal do Espírito Santo. Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré. Endereço: Rua Octávio Borotto, 213, Guriri-Sul, São Mateus-ES, CEP 29945-330 marac.fes@gmail.com

2 Vínculo Institucional: Professora da rede municipal de São Mateus-ES. Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré. Endereço: Rua da Liberdade, S/N, Sernamby, São Mateus-ES, CEP 29930-570. biancesantiago@hotmail.com

3 Vínculo Institucional: Professor da Universidade Federal do Espírito Santo e Professor Horista do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré. Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré. Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29075-910. macn1000@yahoo.com.br

tados apontam que ao serem questionados sobre o que é meio ambiente a visão da maioria dos estudantes foi antropocêntrica e quando o questionamento foi sobre problemas ambientais a visão que prevaleceu foi naturalista. Apresentam ainda que, a disciplina em questão contribui significativamente para o curso e que sua abordagem está adequada. Os estudantes também apontam melhorias para a disciplina.

**Palavras-chave:** Ambiente. Percepção. Ciências do Ambiente.

## ABSTRACT

This study aims to understand the environmental awareness of students of Mechanical Engineering Course, campus São Mateus from Federal Institute of Espírito Santo, and this study also wants to verify content perception related to the Environmental Sciences discipline approach. Questionnaires were applied in classroom to 69 students where 34 attended the Environmental Sciences discipline and, 35 students did not attend. Students reports were categorized in three dimensions: anthropocentric category, naturalist category and globalizing category. The results show that when questioned about what is the environment, the view of most students was anthropocentric and when the question was about environmental problems the view was naturalistic. Students say this discipline contributes significantly to the course and its approach is appropriate. They also point improvements to the discipline.

**Keywords:** Environmental Sciences. Perception. Environment.

## Introdução

As questões ambientais têm sido amplamente debatidas nos cursos de Graduação, sendo temática de ordem obrigatória a constar nos currículos destes cursos de forma articulada e integrada aos componentes curriculares. Neste sentido, a Educação Ambiental, de acordo com a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, é componente essencial e permanente da educação nacional devendo perpassar todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1999).

Nos cursos de engenharia, comumente, são ofertadas disciplinas específicas que tratam das questões ambientais, pelas quais são trabalhados as questões e problemáticas desta natureza a fim de que os estudantes como ser social adquiram conhecimentos para potencializar a mudança de valores, aperfeiçoar habilidades e hábitos para uma melhor integração e harmonia destes com o ambiente (ARAÚJO, et.al., 2004).

Assim, o trabalho com Educação Ambiental pressupõe compreender a percepção que os indivíduos possuem do seu ambiente e de sua relação com ele uma vez que, na percepção, está intrínseca a tomada de consciência do homem com o ambiente onde vive. Cada indivíduo percebe, responde e se manifesta de diferentes formas ao ambiente vivido. Deste modo, o homem, de acordo com suas necessidades, cultura e ambiente em que vive, possui percepções diferenciadas, pois estes fatores influenciam em sua forma de ver e perceber o ambiente (TUAN, 1980, apud BORDIN, et.al, 2014).

Este estudo objetiva compreender a percepção ambiental dos estudantes do Curso de Engenharia Mecânica do campus São Mateus do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), realizando uma análise comparativa entre a percepção dos estudantes que ainda não cursaram a disciplina Ciências do ambiente e os estudantes que cursaram. Deste modo, pretende-se compreender se a disciplina Ciências do Ambiente influencia na percepção ambiental dos estudantes deste curso, bem como se os estudantes visualizam sua importância no currículo do curso e sua correlação com a ação profissional do engenheiro.

## I. Contextualizando a educação ambiental

### I.1 Aspectos legais

A implementação da Educação Ambiental (EA) no currículo escolar é um processo recente. A Constituição Federal de 1988 traz um capítulo que trata do meio ambiente e define como direito do cidadão que este ambiente seja ecologicamente equilibrado. No que diz respeito à oferta da Educação Ambiental incumbe ao poder público a promoção desta em todos os níveis de ensino, devendo a escola discutir sobre a conscientização à preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

A partir do ano de 1999, através da implementação da Lei 9.795 a EA é entendida como um componente essencial da educação nacional. Os princípios norteadores da referida Lei vai ao encontro dos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela qual assegura a finalidade da educação de promover o pleno desenvolvimento do estudante (BRASIL, 1999).

De encontro à legislação, a Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação encaminhou ao Conselho Nacional de Educação proposta de diretrizes nacionais para a EA. As diretrizes encaminham que a EA é entendida como um “processo, ou seja, uma vez iniciado prossegue indefinidamente por toda a vida, aprimorando-se e incorporando novos significados sociais e científicos” (BRASIL, 2015). Para o Ensino Superior as diretrizes apontam que o enfoque da EA deve subsidiar discussão e integração com os conceitos de sustentabilidade por meio de: 1) atividade curricular; 2) disciplina; 3) projetos interdisciplinares obrigatórios 4) fomento a pesquisa voltadas para a construção de instrumentos, metodologias e processos para a abordagem da dimensão ambiental 5) acompanhamento avaliativo.

Considerando o Ensino Superior, lócus desta pesquisa, as diretrizes orientam que seja ofertada uma disciplina que trate das questões ambientais. Estudo de professores do CEFET-RJ realizado com 98 alunos de engenharia aponta a relevância de haver uma disciplina que discute sobre questões ambientais em seu curso (ALVES et.al, 2006).

O Parecer CNE/CP Nº 14/2012, trata das diretrizes ambientais apresentadas, discutindo sobre os princípios e finalidades da EA nas diferentes modalidades.

des de ensino, assegurando assim, que as instituições de ensino devem promover este debate de forma multi, inter e transdisciplinar, numa visão integradora do conhecimento (BRASIL, 2012).

O currículo escolar tem sido elaborado e pensado com o objetivo de promover, através de projetos interdisciplinares discussões sobre a relação do homem com o meio ambiente. No Ensino Superior, sobretudo no campo das engenharias, ofertam-se disciplinas que visam a discussão das questões ambientais e suas problemáticas.

O trabalho no campo da Educação Ambiental vai além das relações ensino-aprendizagem desenvolvidas por meio de disciplinas específicas ou trabalho interdisciplinar, com atividades que envolvem projetos, muitas vezes, isolados da realidade. É entendida como uma dimensão política pois prepara cidadãos para exercer justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética no que diz respeito as relações do homem com a natureza. Deste modo, o ensino em Educação Ambiental deve promover à reflexão da percepção do homem de sua relação com o meio em que vive.

## **1.2 Percepção ambiental**

A percepção ambiental pode ser um mecanismo de compreensão das concepções histórico-culturais, sociais e atitudinais dos seres humanos, tornando-se uma atividade inteiramente individual. Tuan (1980, p. 68) afirma que para compreender a preferência ambiental do ser humano “é preciso examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e arredores físicos” onde cultura e meio ambiente se relacionam do mesmo modo que as relações homem e natureza.

O estudo de Marczwski, 2006 aponta que fatores como contexto social, econômico, cultural e, principalmente ambiental influenciaram diretamente na percepção ambiental dos estudantes. A pesquisa realiza uma análise comparativa da percepção ambiental dos estudantes de duas escolas situadas em localidades diferentes e demonstra que o local onde o indivíduo está inserido influencia diretamente na construção e estabelecimento de mecanismos de percepção.

Neste contexto, o meio ambiente é concebido como “o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação” (REIGOTA, 1995). Tais interações influenciam no modo como o

homem participa do processo de transformação do meio onde vive.

Pesquisas a respeito de percepção ambiental tem aumentado consideravelmente, uma vez que a experiência e percepção do indivíduo são elementos importantes para apontamentos das necessidades ambientais e das condições de vida da população de diversos segmentos da sociedade (MACHADO, 1997). Deste modo, a percepção humana do ambiente, as vivências dos sujeitos na sociedade e suas características culturais, têm papel importante nas relações que se estabelecem entre homem e sociedade e podem ser instrumentos para planejamentos urbanos, regionais, paisagísticos e ambiental (SERPA, 2001).

Deste modo, “[...] para que possamos realizar a educação ambiental, é necessário, antes de mais nada, conhecermos as concepções de meio ambiente das pessoas envolvidas na atividade” (REIGOTA, 2001 apud BEZERRA; FELICIANO; ALVES, 2008). A análise da percepção faz-se necessária para compreender as representações que os sujeitos apresentam perante as questões ambientais e torna-se instrumento de valor para verificação da qualidade de vida.

## 2. Metodologia

Este estudo foi realizado na cidade de São Mateus localizada no Estado do Espírito Santo no campus do Instituto Federal desta cidade. Os sujeitos participantes foram 69 estudantes do Curso de Engenharia Mecânica. O curso que tem regime de estudo integral, possui em sua estrutura curricular a disciplina Ciências do Ambiente, ofertada presencialmente no terceiro período. O objetivo da disciplina é aplicar o estudo das questões ambientais para a detecção de problemas referentes à Engenharia, enfatizando as principais questões decorrentes da poluição ambiental, sua relação com as atividades humanas desenvolvidas no âmbito profissional e, promover discussões sobre medidas preventivas e corretivas na redução dos impactos ambientais.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados de modo a atender ao objetivo de compreender a percepção ambiental dos estudantes, que estudaram a disciplina Ciências do Ambiente e os que ainda não a possuem em seu currículo escolar. Neste sentido, foram aplicados dois questionários semiestruturados com questões fechadas para identificar o perfil dos estudantes e questões abertas para compreender a percepção ambiental. O questionário envolveu: 1) para os es-

tudantes que não cursaram a disciplina, questões referentes à percepção que os estudantes possuem sobre o meio ambiente, questões relacionadas à importância desta temática no âmbito do curso e questões relacionadas a problemas ambientais. 2) para os estudantes que cursaram a disciplina além das questões suscitadas no primeiro questionário foram envolvidas outras relacionadas à abordagem dos conteúdos da disciplina Ciências do Ambiente. Assim, foram elaborados dois questionários de pesquisa.

A aplicação do questionário foi realizada em abril de 2015 em sala de aula com os estudantes do curso. Participaram da pesquisa 35 estudantes que não passaram pela disciplina em questão e 34 educandos que frequentou. Alguns estudantes que responderam ao questionário 1 eram de períodos posteriores ao terceiro, no entanto, não haviam cursado a disciplina e foram incluídos neste grupo de análise.

A análise dos dados quanto à percepção ambiental seguiu o que dispõe o estudo de Reigota (1995). Para tanto, as respostas às questões “Na sua opinião, o que é meio ambiente?” e “O que você considera como problema ambiental?” foram categorizadas a partir do conceito desenvolvido por este autor e com base na classificação do estudo de Araújo et.al. (2014).

As respostas sobre percepção ambiental dos estudantes foram analisadas e classificadas em três categorias: a) Naturalista que implica em uma visão de ambiente que inclui plantas, animais, água, solo, ar, etc. b) Antropocêntrica da qual caracteriza o ambiente com elementos criados e regidos pelo homem. c) Globalizante que envolve os componentes da visão naturalista e Antropocêntrica havendo inter-relação entre elas. Ambas questões estiveram presentes no questionário 1 e 2.

No questionário 2 foram aplicadas 2 questões a mais que o questionário 1: Você acredita que os conteúdos da disciplina Ciências do Ambiente estão adequados ao seu curso? Como você pensa que ela poderia ser melhor abordada? Estas questões foram analisadas e categorizadas em tabelas e/ou gráficos.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 Perfil dos estudantes participantes da pesquisa: percepção preliminar sobre a importância das questões ambientais

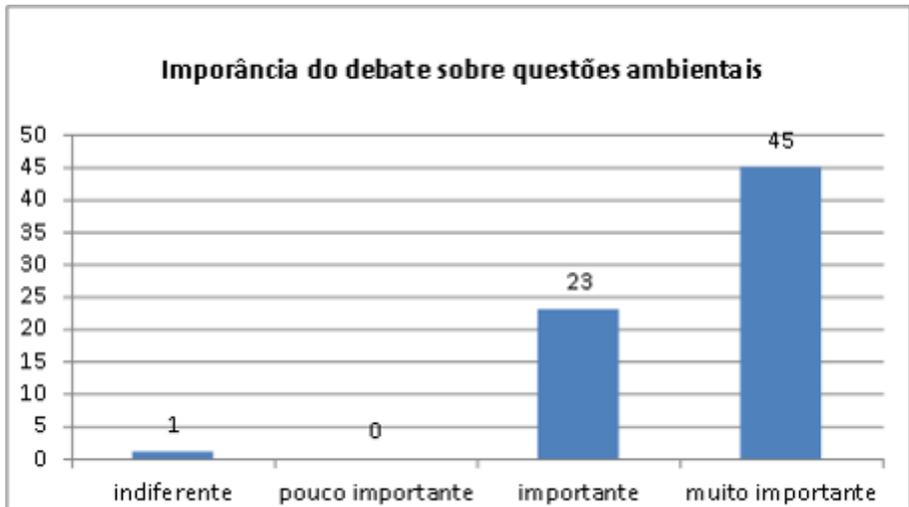
A pesquisa foi aplicada em sala de aula com os estudantes do Curso de Engenharia Mecânica do campus São Mateus, em abril de 2015. Participaram da pesquisa os estudantes do 1º período, ingressantes em 2015/1, estudantes que em 2015/1 frequentarão o 3º período, onde, ambas as turmas não cursaram a disciplina Ciências do Ambiente e, estudantes de períodos posteriores ao 4º que já estudaram os conteúdos da disciplina Ciências do Ambiente. A tabela 1 traz o demonstrativo da quantidade de participantes da pesquisa.

**Tabela 1:** Demonstrativo de alunos que participaram da pesquisa

| NÚMERO DE ALUNOS PARTICIPANTES DA PESQUISA                                  |                                                                                |           |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Alunos que não cursaram a disciplina Ciências do Ambiente (1º e 3º período) | Alunos que cursaram a disciplina Ciências do Ambiente (a partir do 4º período) | Total     |
| 35 alunos                                                                   | 34 alunos                                                                      | 69 alunos |

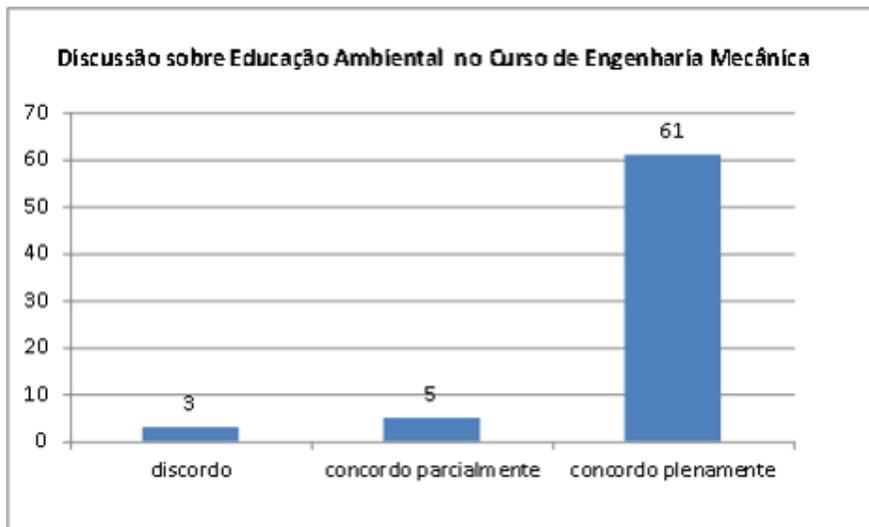
Dos participantes, 55 são do sexo masculino e 13 do sexo feminino, demonstrando maior ingresso de alunos do sexo masculino no curso Engenharia Mecânica deste campus. Considerando a faixa etária, 50,8% estão entre 10 a 21 anos, 45% possuem de 22 a 28 anos, 2,9% então na faixa de 29 a 34 anos e 1,3% acima de 35 anos, desvelando assim, a participação de um público jovem no curso.

Na pesquisa os estudantes foram questionados sobre o grau de importância a respeito da discussão em torno das questões ambientais. A Figura 1 demonstra que, a maioria dos estudantes acredita ser muito importante o debate sobre esta temática.

**Figura 1.** Importância do debate sobre questões ambientais

Do total de estudantes que estudaram a disciplina Ciências do Ambiente 22 consideraram muito importante esse debate enquanto 11 disseram ser importante. O estudante 3, do grupo que não cursou a disciplina foi indiferente a esta questão. Dos estudantes que não frequentaram a disciplina, 23 consideraram muito importante a discussão enquanto 12 afirmaram ser importante.

Questionados se concordam com o trabalho sobre Educação Ambiental em seu curso de Engenharia Mecânica, grande parte dos estudantes disse concordar plenamente. A Figura 2 demonstra os resultados dessa questão.

**Figura 2.** Discussão sobre Educação Ambiental no Curso de Engenharia Mecânica

Dos que cursaram a disciplina Ciências do Ambiente, 2 estudantes disseram discordar do enfoque sobre EA em seu curso. Dos que não a frequentaram, 1 estudante disse discordar. No questionário de pesquisa havia espaço para que os estudantes justificassem sua resposta. Os estudantes 1 e 2 justificaram suas discordâncias enquanto o estudante 3 não a fez:

“Isto é algo que deveria vir da natureza do estudante, não tentar impor algo para quem já tem opinião formada (E1)”

“A educação ambiental deve ser trabalhada exaustivamente nas fases iniciais da educação de uma pessoa. Se uma criança crescer com uma concepção positiva de meio ambiente, dificilmente ela fará algo que burle o seu aprendizado. Não adianta “enfiar” na cabeça de um jovem ou adulto em 6 meses algo que deve ser aprendido durante toda infância” (E2).

Considerando os relatos dos que concordam com a discussão das questões ambientais no curso de Engenharia Mecânica percebe-se que, a maioria dos estudantes atribuem à tarefa de atuar na área como algo que deve ser pensado e planejado de forma a não degradar o ambiente. Desta forma, em geral, os estu-

dantes consideram que este debate deve ser amplamente discutido no curso e não somente na disciplina Ciências do Ambiente.

“Deve-se trabalhar sobre este assunto porque nossas ações no trabalho tem impacto direto no meio ambiente” (E15).

“Acredito que a Engenharia Mecânica pode contribuir para criar equipamentos que desenvolvam o bem estar social e a sustentabilidade ambiental” (E60).

Os relatos permitem também, interpretar que o debate sobre EA deve ser abordado em fases anteriores ao Ensino Superior. Através do relato do Estudante 5 entende-se que este gostaria que a disciplina Ciências do Ambiente não fosse obrigatória e aponta para a abordagem do conteúdo:

“Deve ser tratado para se ter uma noção do que é e o que mais causa problemas ambientais. Porém não se deve aprofundar muito no assunto quando se trata de Engenharia Mecânica. Há cursos específicos para isso como Engenharia Ambiental” (E5).

Os estudantes 4, 5, 6, 7, e 8 disseram concordar parcialmente com a discussão sobre EA em seu curso e justificaram suas respostas. O estudante 4 apontou que esse debate é necessário para “complementar um processo mais enfático do Ensino Fundamental e Médio”, demonstrando que deve ser abordado em outra etapa.

O estudante 6 que também cursou a disciplina aponta para abordagem de conteúdos quando relata: “o que deveria ser feito é atribuir uma nova forma de abordar o assunto com novos tópicos e abordagem”. O relato dos estudantes 7 e 8 apontam também que esta temática deve ser trabalhada desde a infância: “creio que a educação ambiental deve ser necessária desde a pré-escola, pois se trata além da educação mas da cultura de um povo e para mudar isso deve-se começar com as crianças” (Estudante 8).

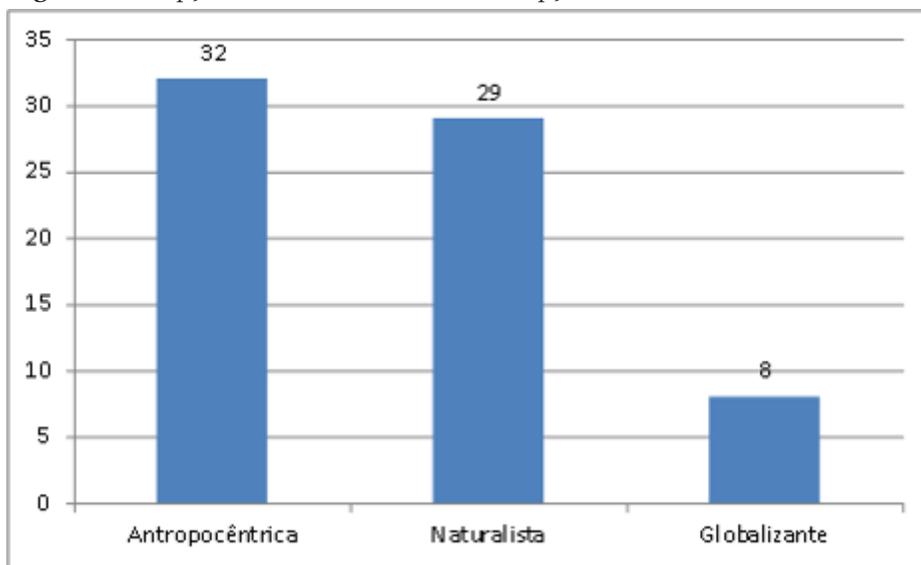
Os estudantes que concordaram plenamente com a abordagem da EA em seu curso também justificaram suas respostas e, em sua maioria, apontaram os seguintes motivos: 1) desenvolvimento com consciência ambiental; 2) projetos desenvolvidos seguindo as regras ambientais; 3) atuação ambiental do engenheiro 4) desenvolvimento sustentável 5) tratamento dos problemas ambientais 6)

melhor interface com o mundo em que se vive 7) diminuição de impactos ambientais.

### 3.2 Percepção ambiental dos estudantes

Para avaliar a percepção ambiental dos estudantes, duas questões geradoras foram aplicadas e a categorização das respostas foi realizada conforme Reigota (1995) apontando as concepções antropocêntrica, naturalista e globalizante: “Na sua opinião, o que é meio ambiente?” e “O que você considera problema ambiental?”. As questões foram abertas e os resultados da Figura 3 demonstram a percepção ambiental dos estudantes considerando a análise de seus relatos.

**Figura 3.** Percepção Ambiental baseada na concepção de ambiente dos estudantes



Os resultados apresentados demonstram que 46,3% dos estudantes participantes da pesquisa possuem percepção ambiental categorizada como antropocêntrica, onde, o homem encontra-se no centro do ambiente. Ressalta-se nos relatos, tanto os estudantes que estudaram a disciplina Ciências do Ambiente quanto os demais participantes, que a categoria antropocêntrica esteve em destaque. Do total de alunos desta categoria, 16 estudaram os conteúdos da disciplina, bem como 16 não tiveram nenhum contato com este estudo. Os resultados divergem

da pesquisa realizada por Araújo et al. (2014), onde a maioria dos estudantes do curso de Engenharia Mecânica apresentaram visão naturalista.

Dos demais participantes, 42,1%% estão na categoria naturalista, o que corresponde a 15 estudantes que cursaram a disciplina em discussão e, 14 que não cursaram. Outros 11,6% se apresentaram na categoria globalizante.

Os estudantes da categoria globalizante consideraram o meio ambiente como um espaço vivido por todos, onde sociedade e natureza se inter-relacionam de tal modo que “o meio envolve tanto a parte cultural de relações entre pessoas assim como o meio físico (natureza), onde ambos se relacionam” (Estudante 10).

Os estudantes configurados na categoria naturalista concebem o ambiente apenas como espaço natural, apresentando relatos que envolviam árvores, fauna, flora, rios, água, etc. O relato do Estudante 9 retrata a abordagem naturalista, considerando o ambiente como “um determinado espaço onde se encontra espécies de fauna e flora”. Outros relatos da categoria naturalista apontam o ambiente como espaço sem interação do homem “um ambiente natural sem ações humanas afetando o meio tanto positivamente quanto negativamente” (Estudante 6). A Tabela 2 traz os relatos dos estudantes categorizados conforme Reigota (1995). Foram selecionados alguns discursos uma vez que muitos eram parecidos.

**Tabela 2.** Categorização dos relatos dos estudantes. Adaptado de Bezerra, 2008.

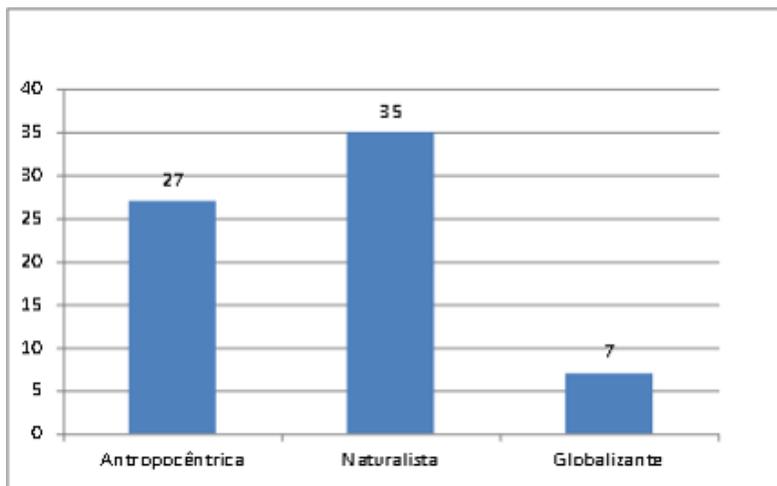
| Categoria Relato dos estudantes (R) | Depoimentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Estudante (%) |
|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Antropocêntrica                     | “É o meio que engloba todos os seres vivos (RE36)”<br>“É tudo o que está ao nosso redor (RE37)”<br>“É o meio em que vivemos (RE39)”<br>“É o meio que todo ser vivo vive (RE42)”<br>“É o local que convivemos, isto é, onde se faz possível a habitação e convívio cotidiano (RE45)”<br>“É o meio onde estão todos os seres vivos em convívio (RE46)”<br>“É tudo o que está ao nosso redor, é onde vivemos (RE16)”<br>“É o meio em que vivemos como conjunto de seres e recursos necessários para nossa existência em harmonia (RE23)”<br>“Meio ambiente é o delicado equilíbrio ambiental das coisas (RE56)”<br>“Meio de interação (RE56)”<br>“Algo tão abstrato que não vale muito a pena pensar no termo (RE3)” | 46,3          |

|              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |       |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Naturalista  | <p>“É o conjunto do meio vivo que inclui todos os animais e vegetação (RE21)”</p> <p>“É todo o meio natural que nos rodeia (RE19)”</p> <p>“Tudo o que envolve recursos naturais (R5)”</p> <p>“Meio ambiente pode ser considerado tudo o que vivemos, natureza, ecossistemas... (RE12)”</p> <p>“Meio ambiente envolve todos os microorganismos presentes no ecossistema (RE35)”</p> <p>“É o conjunto de espécies, animais, plantas e tudo que forma um meio que é possível ter vida (RE38)”</p> <p>“Todo o verde que nos rodeia, a fauna, a flora, é o bem mais precioso que temos (RE43)”</p> <p>“É o meio que está incluso a natureza, a vegetação, a fauna (RE48)”</p> <p>“Um meio integrado de fauna e flora (RE1)”</p> <p>“Tudo que engloba o entorno dos seres viventes, compreendendo a natureza em sua totalidade (RE33)”</p> <p>“É desde uma simples plantinha até as maiores florestas do mundo (RE27)”</p> <p>“Árvores (R50)”</p> | 42,1% |
| Globalizante | <p>“Meio em que está inserido todo tipo de vida onde cada um é responsável pela manutenção e equilibrado dela (RE34)”</p> <p>“Conjunto de fatores animados e inanimados em conjunto e mantendo relações entre si (RE40)”</p> <p>“É um sistema grande e complexo, constituído de pequenas partes que formam um todo. Este sistema depende de cada uma destas partes para funcionar (RE41)”</p> <p>“Meio ambiente trata-se do meio vivido, envolve tanto a parte cultural e de relações entre as pessoas, assim como o meio físico, natural e social (RE10)”</p> <p>“Todo o meio onde ocorre relações interespecíficas e intraespecíficas (RE20)”</p> <p>“Meio ambiente é todo e qualquer espaço, ocupado ou não e que esteja sujeito ao desenvolvimento, bem como sua degradação (RE2)”</p>                                                                                                                                                  | 11,6  |

Considerando o relato dos estudantes avaliados através da segunda questão geradora, é possível identificar a percepção ambiental. Os resultados da questão “O que você considera como problema ambiental?” demonstrados através da Figura 4, informam que 39,1 dos estudantes possuem percepção Antropocêntrica,

50,8 naturalista e 10,1 globalizante. Dos 27 alunos da categoria antropocêntrica, 20 não cursaram a disciplina Ciências do Ambiente. Observou-se que a percepção dos estudantes quanto a concepção de meio ambiente divergiu da percepção quando se tratou dos problemas ambientais.

**Figura 4.** Percepção ambiental baseada na questão “O que você considera como problema ambiental?”



Baseando-se na Figura 4 e através dos relatos, compreende-se que os estudantes do Curso de Engenharia Mecânica percebem os problemas ambientais como aqueles relacionados à degradação da natureza como desmatamento, poluição de rios, queimadas de florestas, extinção dos animais. Neste sentido, o meio ambiente para os estudantes da categoria naturalista é algo intocável que deve ser admirado e preservado onde, segundo Reigota (1995) o homem pouco se revela e intervém.

“Aquilo que influencia negativamente o ciclo natural das plantas, animais, água, etc” (E21).

“Efeito estufa, poluição por emissão de CO<sub>2</sub>, desmatamento, etc” (E9).

“Poluição dos rios, ar e solo, desmatamento...” (E17).

“São problemas que provocam o desequilíbrio na fauna ou na flora” (E61).

Os relatos presentes na categoria globalizante compreendem a dimensão dos problemas de forma a relacioná-los a outros aspectos como ação do homem na natureza, desenvolvimento econômico e social, ação governamental, mudanças nos aspectos culturais da sociedade.

“Alterações nos aspectos culturais de uma região, na vida do homem, na natureza” (E10).

“Falta de água tratada, lançamento de esgoto residencial no lençol freático, falta de tratamento do lixo doméstico, lançamento de esgoto no mar, utilização de sacolas plásticas, gasto exagerado dos recursos ambientais para manter o padrão de vida” (E60).

Pelos relatos presentes na categoria antropocêntrica percebe-se que, os estudantes desta categoria, compreendem como problema ambiental tudo o que está em torno do homem, ou seja, as ocorrências ambientais que podem prejudicar a vida humana sem considerar a outros aspectos como interação deste homem no ambiente, o controle do homem sobre o ambiente, ou, até mesmo, a inexistência de tais problemas.

“Qualquer distúrbio no meio, podendo ser controlado” (E24).

“Tudo o que prejudica nosso bem estar” (E16).

“Problemas que afetam o meio em que vivemos” (E38).

“Algo que perturbe a interação destes seres humanos (E56).

“Não existem problemas ambientais” (E69).

Ressalta-se que um pequeno grupo de alunos foram categorizados com percepção ambiental globalizante o que também foi percebido pelo estudo de Bordin et.al. (2014) onde apenas 5% de estudantes da zona urbana e 3% da zona rural apresentaram esta visão.

### **3.3 A disciplina Ciências do Ambiente**

Considerando as diretrizes nacionais de Educação Ambiental para o Ensino Superior, o curso de Engenharia Mecânica do campus São Mateus possui a disciplina Ciências do Ambiente que trata do debate das questões ambientais no âmbito da atuação profissional. Com o objetivo de compreender a percepção dos estudantes sobre a abordagem desta disciplina foram aplicadas duas questões

somente para os alunos que cursaram a mesma. A primeira questão de caráter dissertativo está relacionada às contribuições da disciplina para a atuação dos estudantes. Na segunda questão com abordagem objetiva e dissertativa, os estudantes deveriam apontar se os conteúdos da disciplina estão adequados ao curso (respondendo sim ou não) e, poderiam sugerir melhorias quanto à abordagem de conteúdos, apontando se estão ajustados às necessidades do curso.

Por meio dos relatos dos 35 estudantes que responderam a estas questões, foram selecionadas as principais contribuições da disciplina para o curso, apresentadas na Tabela 3.

**Tabela 3.** Contribuições da disciplina Ciências do Ambiente para o curso

| CONTRIBUIÇÕES QUANTIDADE DE ALUNOS QUE RELATARAM                                | QUANTIDADE |
|---------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Amenizar agressões causadas por atividades relacionadas à atuação do engenheiro | 11         |
| Propor meios para agredir menos o meio ambiente                                 | 4          |
| Tomada de medidas preventivas e inovadoras com uso de recursos tecnológicos     | 4          |
| Conhecimento de procedimentos e legislação ambiental                            | 4          |
| Sustentabilidade econômica                                                      | 3          |
| Conscientização de ações e impactos ambientais                                  | 8          |
| Outros                                                                          | 1          |

Os dados permitem afirmar que, em sua maioria (31,4%), os estudantes compreendem que um fator preponderante da disciplina Ciências do Ambiente é quanto à atuação profissional do engenheiro, uma vez que este profissional deve estar preocupado em propor ações que visem melhorar os índices de agressão ao meio ambiente. Os resultados são similares aos da pesquisa de Alves et.al (2006) onde 72% dos alunos participantes deste estudo alocam a profissionalização e atuação do engenheiro como maior reconhecimento da disciplina.

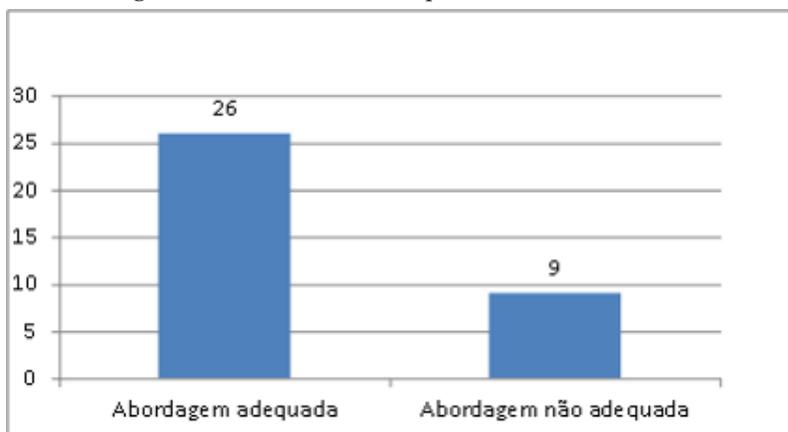
“Mostrar ao engenheiro os impactos dos processos industriais no meio ambiente” (E17)

“Além de ficarmos cientes dos processos que precisamos fazer

para modificar uma área, independente se na cidade ou rural, estudamos também os impactos causados por construção de qualquer empreendimento, estudo de caso, RIMA” (E20).

Considerando a abordagem dos conteúdos da disciplina Ciências do Ambiente, os estudantes apontaram que estão adequados ao proposto para o curso (74,2%) e que as discussões são satisfatórias para a atuação do engenheiro, demonstrando assim aplicabilidade do conteúdo em sua profissionalização. Os demais participantes consideram a abordagem não adequada o que corresponde a 25,8%. A Figura 5 apresenta os resultados desta questão.

**Figura 5.** Abordagem dos conteúdos da disciplina Ciências do Ambiente



Ao responderem a questão, os estudantes fizeram apontamentos quanto à abordagem dos conteúdos e, tanto os alunos que a consideraram adequada quanto os que discordaram de seus conteúdos sugeriram melhorias para a disciplina. Alguns estudantes apontaram melhorias na aplicabilidade deste conteúdo para o curso e/ou atuação do engenheiro. O relato do estudante 24 que considerou a abordagem não adequada aponta para isso: “uma adequação a situações onde se aplica como engenheiro, estudos de casos empresas”. Outros relatos são semelhantes:

“Deveria exemplificar os impactos causados ao meio ambiente decorrente de uma falha operacional, relacionando como e os custos para repará-los.” (E15)

“Deve ser dado situações problemas em que o aluno busque soluções eficazes e produtivas.” (E13)

“Poderia focar menos em Biologia e mais na prática, como medidas mitigadoras e legislação.”(E62)

“Seria melhor maior interdisciplinaridade para estabelecer melhor relação.”(E63)

“Ter visitas a projetos ambientais. mostrar mais aplicações e como ela são implantadas em um setor”.(E8)

O relato do Estudante 65 traz uma discussão interessante quando aponta para que a abordagem seja inicialmente focada no ambiente, seus problemas e as soluções possíveis para minimizar impactos, trazendo assim, um relato globalizante sobre percepção ambiental:

“Não estão adequados. O professor de ciências do ambiente deveria inicialmente mostrar para a turma como o meio ambiente funciona, seus ecossistemas, seus problemas naturais e então mostrar os problemas que são causados pelo homem e como isso afeta e afetará ainda mais nossa vida; propor ainda que os alunos criem formas de amenizar os problemas já existentes ou soluções. Além de estudos de casos com obras que ainda serão realizadas com proposta dos alunos de amenização do problema” (E65).

Por meio da análise dos discursos dos estudantes podem ser enumeradas algumas propostas de abordagem para a disciplina: 1) Maior foco nas questões de licenciamento ambiental; 2) Trazer exemplos práticos; 3) Realização de visitas técnicas em empresas que possuem programa de desenvolvimento ambiental e sustentável; 4) Trabalho interdisciplinar com outras disciplinas do curso; 5) Possibilidade de alocação da disciplina em períodos posteriores ao terceiro; 6) Trabalhar com estudos de casos reais de engenharia; 7) Trabalhar com simulações de situações.

## Considerações Finais

O estudo permite concluir que os estudantes participantes da pesquisa consideram o debate sobre as questões ambientais algo primordial nos dias atuais, bem como ser de extrema importância este debate em seu curso. Para a maioria dos estudantes, as questões ambientais devem ser trabalhadas considerando a profissionalização em engenharia, onde a atuação deste profissional deve ser pensada de forma a garantir menores impactos no meio ambiente.

A análise da percepção ambiental dos estudantes, categorizada conforme o estudo de Reigota (1995), evidencia, uma visão antropocêntrica no que diz respeito à compreensão do ambiente, bem como uma visão naturalista do ponto de vista dos problemas ambientais. Nos relatos dos estudantes com visão antropocêntrica, as questões ambientais estão voltadas para o homem como centro do ambiente, enquanto os que foram categorizados na visão naturalista apresentaram o ambiente como espaço de natureza (fauna, flora, rios, árvores, floresta, animais). Os estudantes com percepção ambiental globalizante compreendem o ambiente como espaço de relações naturais, sociais, econômicas e culturais.

Os resultados da pesquisa também demonstram que os estudantes compreendem a considerável contribuição da disciplina Ciências do Ambiente para o curso e apontam melhorias significativas para sua aplicabilidade e abordagem. A maioria dos estudantes consideram que a abordagem da disciplina está adequada e as sugestões apresentadas vão desde a melhoria dos conteúdos até a proposição de metodologias de ensino práticas.

O resultado desta pesquisa será apresentado ao Núcleo Docente Estruturante do curso e aos professores que atuam com a disciplina Ciências do Ambiente.

Recebido em junho de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015

## Referências

ARAÚJO, Camila da Silva Vieira de, et al. **Percepção Ambiental dos alunos de Engenharia Mecânica do IFPI inseridos no projeto de eficiência energética-Ecopala**. V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental, Belo Horizonte, 2004.

ALVES, Carmelita; CANTUÁRIA, Luiza; MOREIRA, Sheyla. **A evolução do ensino da disciplina “Ciências do Ambiente” nos cursos de engenharia do CEFET-RJ**. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, Passo Fundo, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU 23.12.1996.

\_\_\_\_\_. Lei 9.795, de 27.04.1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. DOU 28.04.1999.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC/SECAD/CGEA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>>. Acesso em: 25 maio. 2015.

BEZERRA, Tatiana Marcela de O; FELICIANO, Ana Lícia Patriota; ALVES, Ângelo G. Chaves. **Percepção ambiental de alunos e professores do entorno da estação ecológica de Caetés** – Região Metropolitana do Recife-PE. Biotemas, n.21, v.1, 2008.

BORDIN, Kauane Maiara et.al. **Percepção ambiental de estudantes de área urbana e rural**. SBEnBio, n.7, 2014.

MACHADO, Lucy M. C. Philaldelpho. **Qualidade ambiental**: indicadores quantitativos e perceptivos. In: MAIA, Nilson B.; MARTOS, Henry L. Indicadores Ambientais. Sorocaba: Editora da USP, 1997.

MARCZWSKI, Maurício. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudantes do Ensino Fundamental de uma escola municipal rural**: um estudo de caso. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Ecologia). Instituto de Biociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez: 1995.

SERPA, Angelo. **Percepção e Fenomenologia**: Em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. Olam - Ciência e Tecnologia, v. 1, n. 2, Rio Claro, 2001.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

## ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

Serão aceitos para a publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista **Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema *Double Blind Review*, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo de avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* – Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a. título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezessete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b. resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c. palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) – Conforme **Norma 6028** da ABNT;
- d. *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa) ;
- e. *keywords*;
- f. introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g. referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente para o e-mail:

**cadernosdecienciasociaisufrpe@yahoo.com.br**

Editor da Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.

*Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva*